

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Comentário de Desempenho

3T26

Companhia Energética de Brasília

13 DE NOVEMBRO DE 2026

Destaques do 3T26

- **Lucro Líquido:** atingiu **R$ 68,47 milhões** no 3T26, apresentando crescimento de 27,66% em relação ao 3T25 (R$ 53,63 milhões) e uma alta de 42,08% na comparação com o 2T26 (R$ 48,19 milhões).

- **Lucro Operacional Bruto:** Atingiu **R$ 61,28 milhões**, apresentando um crescimento de 22,21% em relação ao 3T25 (R$ 50,15 milhões), e uma leve expansão de 0,25% comparado ao 2T26 (R$ 61,13 milhões).

- **Lucro Atribuído aos Acionistas Controladores:** Totalizou **R$ 52,23 milhões** no 3T26, registrando crescimento de 19,23% em relação ao 3T25 (R$ 43,81 milhões) e um crescimento de 29,79% em relação ao 2T26 (R$ 40,24 milhões).

- **Resultado Financeiro:** Registrou **R$ 15,63 milhões**, representando um aumento de 134,27% em relação ao 2T26 (R$ 6,67 milhões) e um recuo de 31,11% frente ao 3T25 (R$ 22,69 milhões).

- **EBITDA:** Alcançou **R$ 76,15 milhões**, apresentando um crescimento de 39,95% em relação ao 3T25 (R$ 54,41 milhões), e uma expansão de 12,03% em relação ao 2T26 (R$ 67,98 milhões).

Sobre a Companhia Energética de Brasília

A Companhia Energética de Brasília (CEB) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Distrito Federal, que detém 93,20% das ações ordinárias (ON), 82,09% das ações preferenciais classe B (PNB) e 80,15% do capital social total da Companhia. Os 19,85% restantes compõem o *free float* e são negociadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob os *tickers* **CEBR3, CEBR5 e CEBR6.**

Estruturada como uma *holding,* a CEB atua, por meio de suas controladas, coligadas e investidas, nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de iluminação pública e distribuição de gás natural. Sua atuação é orientada pela eficiência operacional, pela sustentabilidade e pela inovação, com foco na modernização da infraestrutura energética, na qualidade dos serviços prestados e na geração de valor para seus acionistas e para a sociedade.

A Companhia exerce o controle societário sobre a CEB Geração S.A., CEB Lajeado e CEB Participações, empresas com atuação no segmento de geração de energia, a CEB também controla CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., subsidiária detentora da concessão dos serviços de iluminação pública no Distrito Federal.

A CEB Iluminação Pública representa um dos pilares estratégicos da Companhia, com a missão de modernizar e expandir a infraestrutura de iluminação pública de Brasília. O objetivo é proporcionar mais segurança e qualidade de vida à população, por meio de um projeto de modernização inovador e eficiente. No primeiro trimestre de 2026, a CEB Iluminação Pública concluiu a modernização de 100% do parque de iluminação pública do Distrito Federal, substituindo lâmpadas convencionais por tecnologias mais sustentáveis, como LEDs. Essa transformação não apenas reduz o consumo de energia e os custos operacionais, mas também contribui para a redução da emissão de gases poluentes, promovendo a preservação ambiental e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Além de sua atuação na iluminação pública, a CEB possui participação em outras Companhias do setor elétrico. A Companhia detém 60% da Energética Corumbá III S.A., 32,52% da Corumbá Concessões e 9% da BSB Energética, que operam no segmento de geração de energia elétrica, ampliando a capacidade de produção da Companhia. A CEB também possui 25% de participação na Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS, fortalecendo seu portfólio no segmento de gás natural.

Com uma trajetória sólida de crescimento e inovação, a CEB segue firme em seu compromisso com a sustentabilidade e a eficiência energética. A Companhia trabalha de forma contínua para modernizar sua infraestrutura, expandir suas operações e oferecer soluções que beneficiem tanto seus acionistas quanto a sociedade.

Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

No terceiro trimestre de 2026, a Companhia Energética de Brasília registrou lucro líquido consolidado de R$ 68,47 milhões, crescimento de 27,66% em relação aos R$ 53,64 milhões apurados no mesmo período de 2025.

O lucro operacional antes do resultado financeiro alcançou R$ 73,82 milhões, aumento de 40,95% na comparação anual, enquanto o EBITDA totalizou R$ 76,15 milhões, expansão de 39,95%.

A evolução do resultado operacional refletiu, principalmente, o crescimento de R$ 11,13 milhões no lucro bruto, reflexo da redução dos custos de energia elétrica e dos serviços prestados a terceiros, bem como do reconhecimento de R$ 13,23 milhões em dividendos recebidos da BSB Energética S.A., registrados em outras receitas operacionais.

A Receita Operacional Líquida somou R$ 119,74 milhões, redução de 2,70% em relação ao 3T25, influenciada, principalmente, pela diminuição das receitas de prestação de serviços de iluminação pública, em decorrência da conclusão do Marco I do programa de eficientização do parque de iluminação pública, e das receitas de comercialização de energia no mercado de curto prazo, devido à sazonalização da garantia física e à menor disponibilidade hídrica.

O resultado financeiro foi positivo em R$ 15,63 milhões, comparativamente a R$ 22,69 milhões no 3T25. Essa variação decorreu, principalmente, da diminuição dos rendimentos de aplicações financeiras, em razão da redução do volume de recursos aplicados, influenciada pelas distribuições de dividendos realizadas pela Companhia.

O lucro atribuível aos acionistas controladores totalizou R$ 52,24 milhões, representando crescimento de 19,23% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior.

Receita Operacional Líquida

No 3T26, a **Receita Operacional Líquida** da Companhia totalizou R$ 119,73 milhões, representando crescimento de 12,43% em relação ao 2T26 (R$ 106,49 milhões), e redução de 2,70% na comparação ao 3T25 (R$ 123,05 milhões). Na comparação anual, a retração decorreu, principalmente, da redução das receitas de prestação de serviços, em razão da conclusão do Marco I do programa de eficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal, bem como da diminuição das receitas de comercialização de energia no mercado de curto prazo, influenciada pelos efeitos da sazonalização da garantia física e pela menor disponibilidade hídrica.

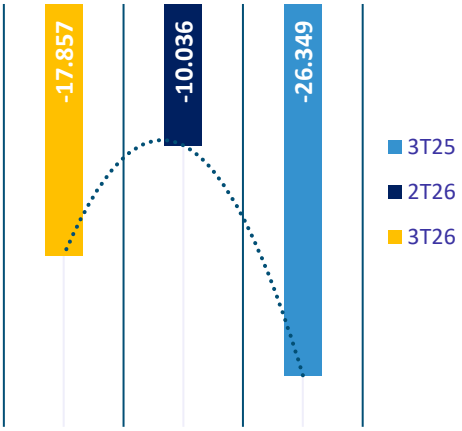
Esses impactos foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de construção no período.

Custos Operacionais

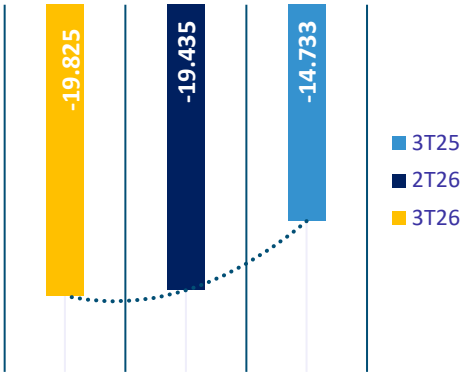
R$ mil	3T26	2T26	3T25	Δ% (TRIM.)	ΔR$ (TRIM.)	Δ% (ANO)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(9.485)	(2.288)	(18.610)	314,55%	(7.197)	-49,03%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(8.020)	(7.396)	(7.388)	8,44%	(624)	8,55%
Amortização do Risco Hidrológico	(352)	(352)	(351)	0,00%	-	0,28%
Pessoal e Administradores	(18.539)	(18.926)	(22.459)	-2,04%	387	-17,45%
Serviço de Terceiros	(23.639)	(19.845)	(23.139)	19,12%	(3.794)	2,16%
(Perda) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	11	-	-	-100,00%
Depreciação e Amortização	(2.331)	(2.097)	(2.037)	11,16%	(234)	14,43%
Arrendamento	(8.435)	(8.435)	(7.305)	0,00%	-	15,47%
Material	(4.602)	(4.309)	(12.128)	6,80%	(293)	-62,05%
Impostos, Taxas e Contribuições	(239)	(238)	(209)	0,42%	(1)	14,35%
Outras Despesas	(1.910)	(718)	1.765	166,02%	(1.192)	-208,22%
Custo com Energia Eletrica	**(17.857)**	**(10.036)**	**(26.349)**	**77,93%**	**(7.821)**	**-32,23%**
Custo da Operação	**(19.825)**	**(19.435)**	**(14.717)**	**2,01%**	**(390)**	**34,71%**
Custo dos Serviços Prestados	**(20.771)**	**(15.895)**	**(31.841)**	**30,68%**	**(4.876)**	**-34,77%**
Despesas Gerais e Administrativas	**(19.099)**	**(19.238)**	**(18.943)**	**-0,72%**	**139**	**0,82%**

Os custos operacionais apresentaram variações significativas entre os trimestres.

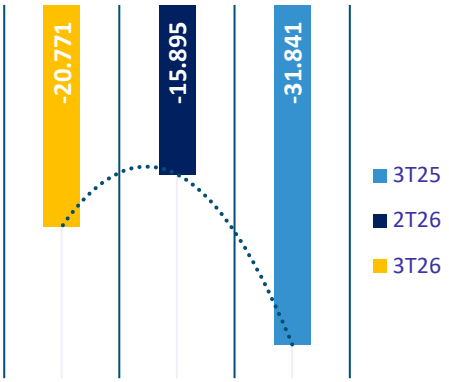
O **Custo com Energia Elétrica** totalizou R$ 17,85 milhões no 3T26, representando um aumento de 77,93% em relação ao 2T26 (R$10,03 milhões). A variação decorreu, principalmente, da maior exposição da Companhia à aquisição de energia no mercado de curto prazo. Na comparação com o 3T25 (R$ 26,34 milhões), o custo foi inferior em 32,23%, equivalente a uma redução de aproximadamente de R$ 8,49 milhões.



Já o **Custo de Operação** totalizou R$ 19,82 milhões no 3T26, representando um acréscimo de 34,71% (R$ 5,10 milhões) em relação ao 3T25 (R$ 14,73 milhões). A variação decorreu, principalmente, dos gastos relacionados à manutenção do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal.



O **Custo dos Serviços Prestados** totalizou R$ 20,77 milhões no 3T26, apresentando redução de 34,77% em relação ao 3T25 (R$ 31,84 milhões). A diminuição decorreu, principalmente, do menor volume de aquisição de matérias-primas destinadas ao atendimento das demandas do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, considerando que o parque se encontra 100% eficientizado.



Lucro Operacional Bruto

O Lucro Operacional Bruto alcançou R$ 61,28 milhões no 3T26, representando crescimento de 0,25% em relação ao 2T26 (R$ 61,13 milhões), e aumento de 22,21% na comparação com o 3T25 (R$ 50,15 milhões).

Despesas Operacionais

As Despesas Gerais e Administrativas permaneceram relativamente estáveis no 3T26 (R$ 19,09 milhões), sem variações relevantes no período, apresentando uma leve redução de 0,72% em comparação com o 2T26 (R$ 19,23 milhões), e um leve aumento de 0,82% em relação ao 3T25 (R$ 18,94 milhões).

Outras Receitas e Despesas Operacionais

No 3T26, o resultado líquido de outras receitas e despesas operacionais foi positivo em R$ 12,21 milhões, comparativamente ao resultado negativo de R$ 0,83 milhão registrado no 3T25. A

variação decorreu, principalmente, do reconhecimento de R$ 13,23 milhões em dividendos recebidos da BSB Energética S.A., sociedade na qual a Companhia mantém participação acionária de 9%.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

O Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro foi de R$ 73,82 milhões no 3T26, representando um aumento de 12,05% em relação ao 2T26 (R$ 65,88 milhões), e de 40,95% frente ao 3T25 (R$ 52,37 milhões).

Resultado Financeiro

R$ mil	3T26	2T26	3T25	Δ% (TRIM.)	ΔR$ (TRIM.)	Δ% (ANO)	ΔR$ (ANO)
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	-	450	-	-100,00%	(450)	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	10.894	12.477	23.683	-12,69%	(1.583)	-54,00%	(12.789)
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(470)	(535)	(1.066)	-12,15%	65	-55,91%	596
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	648	789	799	-17,87%	(141)	-18,90%	(151)
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	1	2	-	-50,00%	(1)	-	1
Ajuste a Valor Presente - AVP	85	(23)	101	-469,57%	108	-15,84%	(16)
Outras Receitas Financeiras	263	726	709	-63,77%	(463)	-62,91%	(446)
Receitas Financeiras	**11.421**	**13.886**	**24.226**	**-17,75%**	**(2.465)**	**-52,86%**	**(12.805**
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(1.610)	(1.480)	(1.471)	8,78%	(130)	9,45%	(139)
Ajuste a Valor Presente	(8)	(5.932)	(6)	-99,87%	5.924	33,33%	(2)
Outras Despesas Financeiras	5.832	200	(53)	2816,00%	5.632	-11103,77%	5.885
Despesas Financeiras	**4.214**	**(7.212)**	**(1.530)**	**-158,43%**	**11.426**	**-375,42%**	**5.744**
Resultado Financeiro	**15.635**	**6.674**	**22.696**	**134,27%**	**8.961**	**-31,11%**	**(7.061)**

As Receitas Financeiras no 3T26 foram de R$ 11,42 milhões, 17,75% inferior a 2T26 (R$ 13,88 milhões), e 52,86% inferior em relação ao 3T25 (R$ 24,22 milhões). Esse desempenho decorreu, principalmente, da redução do saldo de disponibilidades mantidas em aplicações financeiras, em função da distribuição de dividendos realizada no período, que totalizou aproximadamente R$ 370 milhões, considerando os dividendos mínimos obrigatórios e extraordinários.

Lucro Antes dos Impostos

O Lucro Operacional Antes dos Impostos foi de R$ 89,46 milhões no 3T26, teve um aumento 23,30% em relação ao 2T26 (R$ 72,55 milhões), e de 19,17% frente ao 3T25 (R$ 75,07 milhões).

No 3T26, a despesa com impostos totalizou R$ 18,29 milhões, inferior ao 2T26 em 12,53% (R$ 20,91 milhões) e 3,34% inferior ao 3T25 (R$ 18,92 milhões).

Lucro Líquido do Período

O Lucro Líquido do Período, relativo ao 3T26 foi de R$ 68,47 milhões, 27,66% superior em relação ao 3T25 (R$ 53,63 milhões) e 42,08% superior em relação ao 2T26 (R$ 48,19 milhões). A evolução do resultado foi influenciada, entre outros fatores, pelo reconhecimento de R$ 13,23 milhões em dividendos recebidos da BSB Energética S.A., registrados em outras receitas operacionais.

R$ mil	3T26	2T26	3T25	Δ% (TRIM.)	ΔR$ (TRIM.)	Δ% (ANO)	ΔR$ (ANO)
Lucro Líquido do Período	**68.472**	**48.192**	**53.637**	**42,08%**	**20.280**	**27,66%**	**14.835**
(+) IR e CSLL	18.291	20.910	18.924	-12,53%	(2.619)	-3,34%	(633)
(-) Resultado Financeiro	(15.636)	(6.674)	(22.695)	134,28%	(8.962)	-31,10%	7.059
(+) Depreciação	2.331	2.097	2.037	11,16%	234	14,43%	294
(+) Partes Beneficiárias	2.699	3.456	2.513	-21,90%	(757)	7,40%	186
EBITDA	**76.157**	**67.981**	**54.416**	**12,03%**	**8.176**	**39,95%**	**21.741**
Margem Líquida	**57,18%**	**45,25%**	**43,59%**				
Margem EBITDA	**63,60%**	**63,83%**	**44,22%**				

Lucro Líquido da Controladora

O lucro atribuível à controladora foi de R$ 52,23 milhões no 3T26, representando um aumento de 19,23% em relação ao 3T25 (R$ 43,81 milhões).

EBITDA

Alcançou R$ 76,15 milhões, apresentando um crescimento de 39,95% em relação ao 3T25 (R$ 54,41 milhões), e uma expansão de 12,03% em relação ao 2T26 (R$ 67,98 milhões). A evolução do EBITDA refletiu a melhora do lucro operacional bruto e a contribuição positiva de outras receitas operacionais, especialmente os dividendos recebidos da BSB Energética.

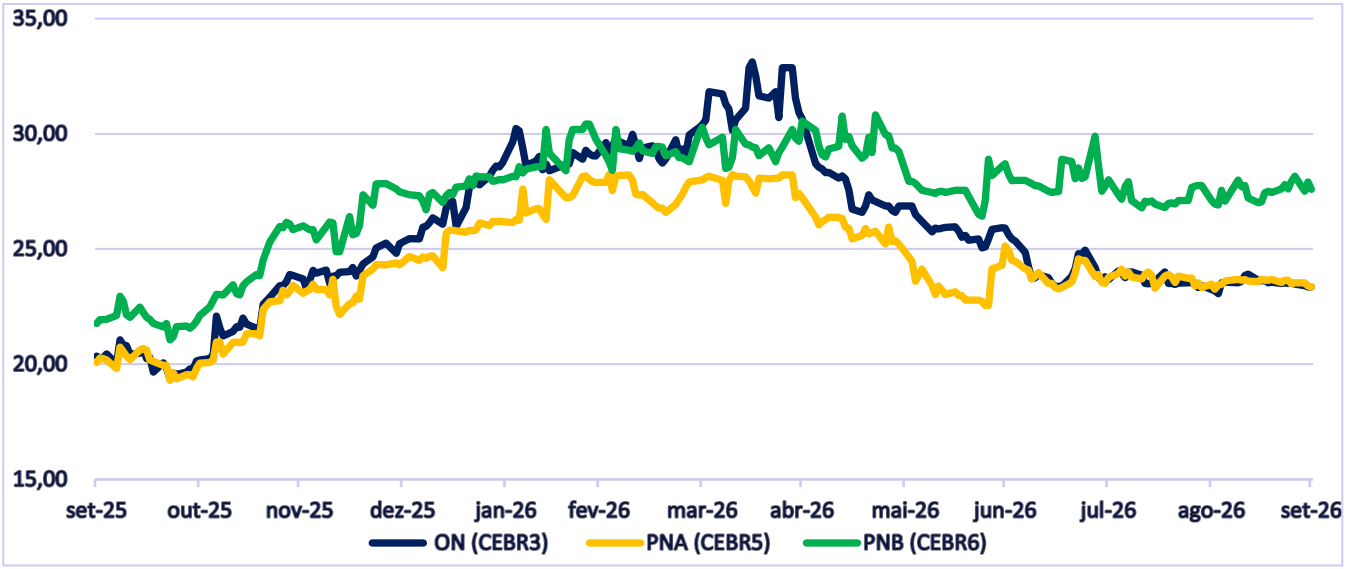
Mercado de Capitais

A Companhia Energética de Brasilia (CEB), é uma Sociedade de Economia Mista de capital aberto desde 4 de julho de 1994, atua como uma *holding,* com participação em setores como geração e comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de iluminação pública e distribuição de gás. Destacam-se entre suas participações as seguintes companhias:

Empresa	Atividade	Participação Acionária (%)
CEB Geração S.A.	Geração	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00
CEB Iluminação Pública S.A.	Serviços	100,00
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	25,00
Corumbá Concessões S.A.	Geração	32,52
Energética Corumbá III S.A.	Geração	60,00
BSB Energética S.A.	Geração	9,00

A CEB possui ações ordinárias e preferenciais, negociadas exclusivamente na Brasil, Bolsa, Balcão - S.A. - B3, sob os tickers CEBR3 (ON), CEBR5 (PNA) e CEBR6 (PNB).

O gráfico abaixo apresenta a evolução das ações da Companhia nos últimos 12 meses.



A distribuição de dividendos aos acionistas, entre outubro de 2025 e setembro de 2026, foi de R$ 3,28 para as ações ON e PNA e R$ 3,60 para as ações PNB. Assim, considerando o preço de fechamento das ações no final do 3T26, o *dividend yield* — que é a razão entre o valor dos dividendos pagos por ação e o preço unitário da ação (base 30/09/2026) — apresentou os seguintes indicadores: 14,03 % para as ações ON, 14,03% para as ações PNA e 13,06% para as ações PNB, conforme a tabela a seguir.

	ON (CEBR3)	PNA (CEBR5)	PNB (CEBR6)
Dividendos e JSCP (pagos nos últimos 12M)	R$ 3,28	R$ 3,28	R$ 3,60
Valor da Ação	R$ 23,35	R$ 23,35	R$ 27,59
Dividend Yield	14,03%	14,03%	13,06%

Anexo I: Balanço Patrimonial

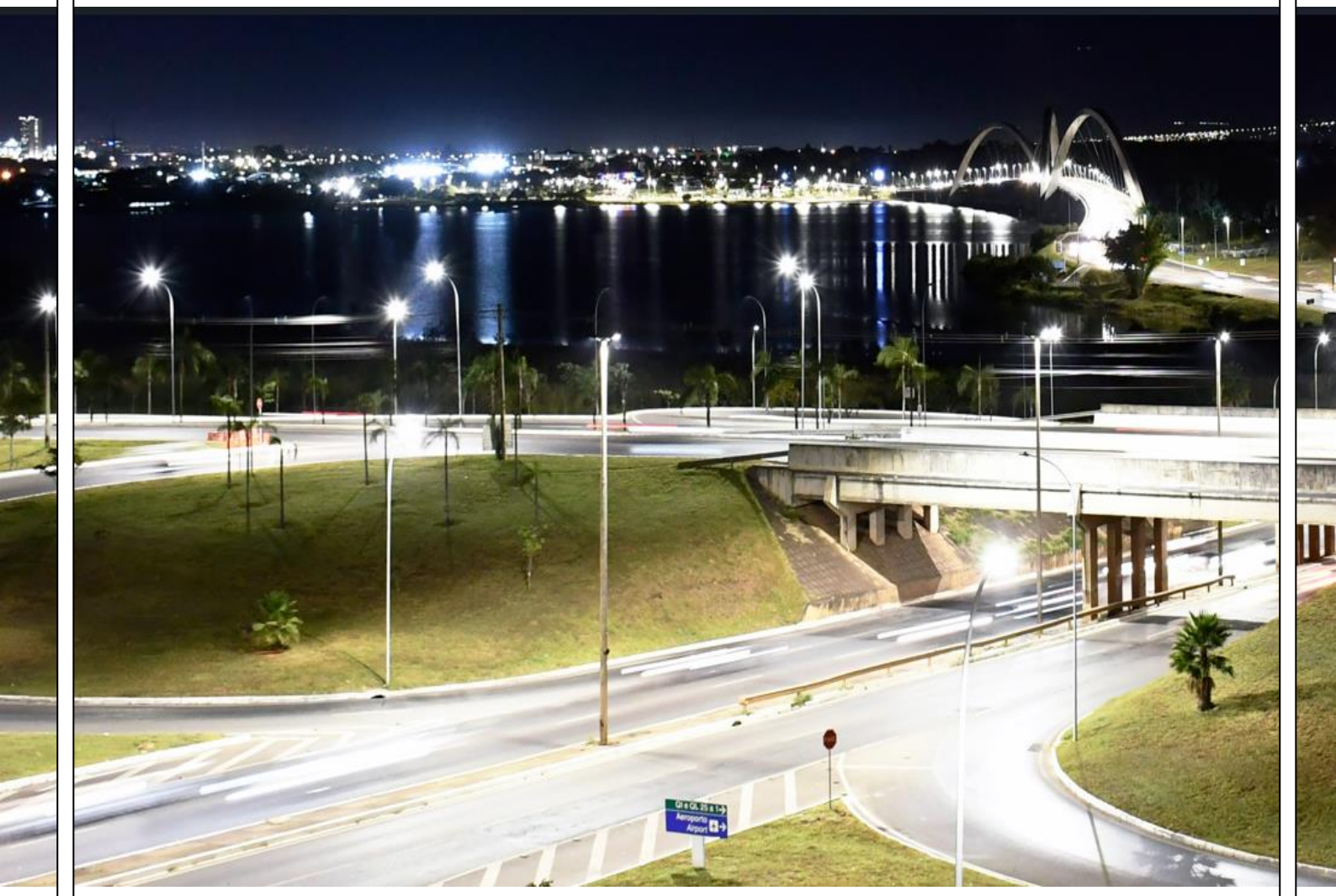
ATIVO	Consolidado		PASSIVO	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025		30/09/2026	31/12/2025
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e Equivalentes de Caixa	246.641	424.671	Fornecedores	15.758	24.034
Contas a Receber	43.983	63.034	Obrigações Tributárias	48.922	49.541
Tributos e Contribuições Compensáveis	76.483	54.946	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.679	10.133
Depósitos Judiciais e Cauções	145	90	Obrigações Societárias	8.629	14.931
Estoques	17.372	18.130	Provisão para Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	459	459
Despesas Pagas Antecipadamente	3.965	3.451	Encargos Regulatórios	5.936	5.067
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	15.974	27.123	Outros Passivos Circulantes	4.363	4.957
Ativos de Contrato	124.416	127.950	**TOTAL DO CIRCULANTE**	**91.746**	**109.122**
Ativos Mantidos para Venda	1.569	1.569			
Outros Ativos Circulantes	3.247	8.152	**NÃO CIRCULANTE**		
TOTAL DO CIRCULANTE	**533.795**	**729.116**	Obrigações Tributárias	58.034	41.160
NÃO CIRCULANTE			Provisão para Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	1.271	1.454
Tributos e Contribuições Compensáveis	974	908	Encargos Regulatórios	838	726
Depósitos Judiciais e Cauções	73.382	55.937	Outros Passivos Não Circulantes	41.628	37.819
Prêmio pela Repactuação do Risco Hidrológico	2.097	2.888	**TOTAL DO NÃO CIRCULANTE**	**101.771**	**81.159**
Ativos de Contrato	60.640	6.619	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Outros Ativos Não Circulantes	1.845	1.650	Capital Social	566.025	566.025
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**138.938**	**68.002**	Reservas de Lucro	201.903	322.673
			Outros Resultados Abrangentes	36.220	26.019
Investimentos	510.117	404.834	Lucro do Período	123.463	-
Imobilizado	70.423	51.069	**Partic. Acionistas Controladores**	927.611	914.717
Intangível	94.534	103.363	**Partic. Acionistas Não Controladores**	226.679	251.386
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**814.012**	**627.268**	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.154.290**	**1.166.103**
TOTAL DO ATIVO	**1.347.807**	**1.356.384**	**TOTAL DO PASSIVO**	**1.347.807**	**1.356.384**

Anexo II: Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado	Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**119.739**	**123.057**
Custo com Energia Elétrica	(17.857)	(26.349)
Custo de Operação	(19.825)	(14.717)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(20.771)	(31.841)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**61.286**	**50.150**
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	**12.540**	**2.246**
Despesas Gerais e Administrativas	(19.099)	(18.943)
Resultado da Equivalência Patrimonial	19.428	22.004
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais Líquidas	12.211	(831)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**73.826**	**52.379**
RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS	**15.636**	**22.696**
Receitas Financeiras	11.422	24.225
Despesas Financeiras	4.214	(1.530)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	**89.462**	**75.074**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(**18.291**)	(**18.923**)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(18.731)	(19.097)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	440	173
Participações e Contribuições (Partes Beneficiárias)	(**2.699**)	(**2.513**)
LUCRO/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	**68.472**	**53.637**
Atribuído aos Acionistas Controladores	52.236	43.812
Atribuído aos Acionistas Não Controladores	16.236	9.825

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS
30 DE SETEMBRO DE 2026



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS 30 DE SETEMBRO DE 2026

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Balanço Patrimonial Condensado
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	N.	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	85.547	148.824	246.641	424.671
Contas a Receber	5	-	-	43.983	63.034
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	38.911	36.145	76.483	54.946
Depósitos Judiciais e Cauções	7	-	11	145	90
Estoques	8	58	16	17.372	18.130
Despesas Pagas Antecipadamente	9	2.802	2.289	3.965	3.451
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	10	22.245	55.666	15.974	27.123
Ativos de Contrato	11	-	-	124.416	127.950
Ativos Mantidos para Venda	12	1.569	1.569	1.569	1.569
Outros Ativos Circulantes	13	4.984	9.159	3.247	8.152
TOTAL DO CIRCULANTE		**156.116**	**253.679**	**533.795**	**729.116**
NÃO CIRCULANTE					
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	934	895	974	908
Depósitos Judiciais e Cauções	7	194	289	73.382	55.937
Despesas Pagas Antecipadamente	9	-	-	2.097	2.888
Ativos de Contrato	11	-	-	60.640	6.619
Outros Ativos Não Circulantes	13	-	-	1.845	1.650
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.128**	**1.184**	**138.938**	**68.002**
Investimentos	14	**745.645**	**647.920**	**510.117**	**404.834**
Imobilizado	15	**39.323**	**31.759**	**70.423**	**51.069**
Intangível	16	**-**	**1.307**	**94.534**	**103.363**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**786.096**	**682.170**	**814.012**	**627.268**
TOTAL DO ATIVO		**942.212**	**935.849**	**1.347.807**	**1.356.384**

PASSIVO	N.	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	858	1.273	15.758	24.034
Obrigações Tributárias	18	1.209	3.749	48.922	49.541
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	5.135	7.208	7.679	10.133
Obrigações Societárias	20	-		8.629	14.931
Provisão para Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	21	-	-	459	459
Encargos Regulatórios	22	-	-	5.936	5.067
Outros Passivos Circulantes	23	2.582	3.829	4.363	4.957
TOTAL DO CIRCULANTE		**9.784**	**16.059**	**91.746**	**109.122**
NÃO CIRCULANTE					
Obrigações Tributárias	18	3.670	3.670	58.034	41.160
Provisão para Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	21	1.136	1.392	1.271	1.454
Encargos Regulatórios		-	-	838	726
Outros Passivos Não Circulantes	23	11	11	41.628	37.819
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**4.817**	**5.073**	**101.771**	**81.159**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital Social		566.025	566.025	566.025	566.025
Reservas De Lucro		201.903	322.673	201.903	322.673
Outros Resultados Abrangentes		36.220	26.019	36.220	26.019
Lucro do Período		123.463	-	123.463	-
Partic. Acionistas Controladores		**927.611**	**914.717**	**927.611**	**914.717**
Partic. Acionistas Não Controladores		**-**	**-**	**226.679**	**251.386**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**927.611**	**914.717**	**1.154.290**	**1.166.103**
TOTAL DO PASSIVO		**942.212**	**935.849**	**1.347.807**	**1.356.384**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração Condensada do Resultado do Exercício
Em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	N.	Controladora				Consolidado			
		Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:		Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25.1	-	-	-	-	119.739	123.057	329.674	386.865
Custo com Energia Elétrica	25.2	-	-	-	-	(17.857)	(26.349)	(44.863)	(49.203)
Custo de Operação	25.3	-	-	-	-	(19.825)	(14.717)	(62.229)	(42.512)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	25.3	-	-	-	-	(20.771)	(31.841)	(47.494)	(122.645)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	-	-	61.286	50.150	175.088	172.505
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		48.873	32.359	110.247	108.701	12.539	2.229	10.523	2.945
Despesas Gerais e Administrativas	25.3	(7.893)	(8.972)	(27.602)	(25.317)	(19.099)	(18.943)	(61.823)	(54.435)
Resultado da Equivalência Patrimonial		43.518	41.331	123.912	134.133	19.428	22.004	61.087	60.209
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	25.4	13.248	-	13.937	(116)	12.211	(831)	11.259	(2.829)
Outras Receitas Operacionais		13.248	-	13.937	5	13.468	364	14.958	1.083
Outras Despesas operacionais		-	-	-	(120)	(1.257)	(1.195)	(3.694)	(3.912)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		48.873	32.359	110.247	108.701	73.826	52.379	185.616	175.450
RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS	25.5	3.363	12.251	13.217	33.516	15.636	22.696	36.164	64.909
Receitas Financeiras		3.376	12.251	13.239	33.584	11.422	24.225	40.884	69.483
Despesas Financeiras		(13)	--	(22)	(68)	4.214	(1.530)	(4.720)	(4.574)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		52.236	44.610	123.464	142.217	89.462	75.074	221.780	240.359
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(798)	-	(1.478)	(18.291)	(18.923)	(55.561)	(53.705)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		-	(798)	-	(1.478)	(18.731)	(19.097)	(54.567)	(55.935)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		-	-	-	-	440	173	(994)	2.230
Participações e Contribuições (Partes Beneficiárias)		-	-	-	-	(2.699)	(2.513)	(8.628)	(9.341)
LUCRO/(PREJUÍZO) DO PERÍODO		52.236	43.812	123.464	140.739	68.472	53.637	157.591	177.313
Atribuído aos Acionistas Controladores						52.236	43.812	123.463	140.739
Atribuído aos Acionistas Não Controladores						16.236	9.825	34.128	36.574
LUCRO / (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação em Reais:	26.2								
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas		R$ 0,69609	R$ 0,58383	R$ 1,64527	R$ 1,87549				
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas		R$ 0,69609	R$ 0,58383	R$ 1,64527	R$ 1,87549				
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas		R$ 0,76570	R$ 0,64221	R$ 1,80979	R$ 2,06303				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração Condensada do Resultado Abrangente
Em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
LUCRO/(PREJUÍZO) DO PERIODO	**123.463**	**140.739**	**157.591**	**177.313**
Outros Resultados abrangentes	**-**	**(7)**	**-**	**(12)**
Itens que não serão reclassificados subsequentes ao resultado				
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes	-	(7)	-	(12)
Resultado abrangente total	**123.463**	**140.732**	**157.591**	**177.301**
Atribuído aos Acionistas Controladores			123.463	140.732
Atribuído aos Acionistas Não Controladores			34.128	36.569

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores							Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador		
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendos Adicionais Propostos					
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**566.025**	**113.205**	**273.894**	**86.271**	**25.998**	**-**	**1.065.393**	**249.687**	**1.315.080**
Lucro Líquido do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**140.739**	**140.739**	**36.574**	**177.313**
Dividendos Pagos	-	-	-	(86.271)	-	-	(86.271)	(33.565)	(119.836)
Dividendos Intercalares	-	-	-	-	-	(125.000)	(125.000)	-	(125.000)
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais	-	-	(125.000)	-	-	125.000	-	-	-
Ganhos (Perdas) de Equivalência Patrimonial sobre resultados abrangentes	-	-	-	-	(7)	-	(7)	(5)	(12)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**566.025**	**113.205**	**148.894**	**-**	**25.991**	**140.739**	**994.854**	**252.691**	**1.247.545**
Saldo em 01 de janeiro de 2026	**566.025**	**113.205**	**163.739**	**45.729**	**26.019**	**-**	**914.717**	**251.386**	**1.166.103**
Lucro Líquido do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**123.463**	**123.463**	**34.128**	**157.591**
Ganhos e Perdas na Variação de Percentual	-	-	-	-	10.202	**-**	10.202	-	10.202
Dividendos Pagos	-	-	-	(45.729)	-	**-**	(45.729)	(58.836)	(104.564)
Dividendos Intercalares	-	-	-	-	-	**(75.042)**	(75.042)	-	(75.042)
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais	-	-	(75.042)	-	-	**75.042**	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2026	**566.025**	**113.205**	**88.697**	**-**	**36.221**	**123.463**	**927.611**	**226.678**	**1.154.290**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração Condensada do Fluxos de Caixa – Método Direto
Em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Atividades Operacionais				
Entradas:				
Recebimento de Consumidores	-	-	333.771	280.441
Recebimento de juros sobre Aplicação Financeira	12.323	32.886	33.328	63.483
Recebimento de Dividendos e JCP	116.877	115.891	50.142	71.946
Liberação de Garantia – CCEE	-	-	36.681	3.008
Ressarcimento Pessoal Cedido e Despesas compartilhadas	47.523	16.033	-	-
Outros	-	768	48.957	17.846
	176.723	**165.578**	**502.879**	**436.724**
Saídas:				
Fornecedores de Energia Elétrica e Gás	-	-	(50.296)	(25.480)
Fornecedores de Materiais e serviços	(11.401)	(6.429)	(78.001)	(133.787)
Salários, remuneração e encargos	(37.826)	(33.571)	(79.562)	(66.955)
Pagamento de despesas Financeiras	-	-	(72)	(192)
Constituição de garantia – CCEE	-	-	(48.128)	(14.652)
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	-	-	(5.681)	(5.349)
Pagamento de Impostos e Contribuições	(3.329)	(8.211)	(86.182)	(91.546)
Encargos setoriais	-	-	(2.694)	(2.818)
Pagamento de arrendamento	-	-	(27.469)	(24.207)
Outros Pagamentos	(18.544)	(6.649)	(24.937)	(11.731)
	(71.100)	**(54.860)**	**(403.022)**	**(376.717)**
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades Operacionais	**105.623**	**110.718**	**99.857**	**60.007**
Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, intangíveis e Imobilizados	(7.087)	-	(16.398)	(18.474)
Aquisição de Investimentos	(41.332)	-	(41.332)	-
Adiantamento para futuro aumento de Capital - AFAC	(262)	(16.717)	786	676
Caixa Líquido aplicado nas (gerado pelas) Atividades de Investimentos	**(48.681)**	**(16.717)**	**(56.944)**	**(17.798)**
Atividades de Financiamento				
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(120.219)	(211.271)	(220.942)	(264.622)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamento	**(120.219)**	**(211.270)**	**(220.942)**	**(264.622)**
Aumento/(Redução) líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(63.277)**	**(117.270)**	**(178.030)**	**(222.413)**
Saldo de Caixa no Início do Período	148.824	334.261	424.671	708.612
Saldo de Caixa no Final do Período	85.547	216.991	246.641	486.199

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração Condensada do Valor Adicionado
Em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas	**13.680**	**5**	**388.943**	**439.461**
Venda de Energia Elétrica, Gás e Serviços Prestados	-	-	261.506	320.159
Receita de Construção	-	-	112.631	118.226
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	-	-	-	(6)
Outras Receitas	13.680	5	14.806	1.082
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(5.516)**	**(1.425)**	**(155.630)**	**(212.449)**
Custos com Comercialização de Energia Elétrica e Gás	-	-	(44.863)	(49.203)
Custo de Construção	-	-	(4.134)	(3.549)
Custos com Serviços Prestados a Terceiros	-	-	(47.494)	(122.645)
Custos com Serviços de Terceiros	(5.761)	(1.255)	(42.489)	(32.910)
Material	(12)	(50)	(13.108)	(231)
(Provisões)/Reversões de Valores	257	(120)	152	(255)
Outros Custos e Despesas	-	-	(3.694)	(3.656)
Valor Adicionado Bruto	**8.164**	**(1.421)**	**233.312**	**227.012**
Retenções	**(1.754)**	**(1.620)**	**(6.563)**	**(6.077)**
Depreciação e Amortização	(1.754)	(1.620)	(6.563)	(6.077)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**6.410**	**(3.041)**	**226.749**	**220.935**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**137.151**	**167.717**	**101.971**	**129.692**
Receitas Financeiras	13.239	33.584	40.884	69.483
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas	123.912	134.133	61.087	60.209
Valor Adicionado Total a Distribuir	**143.561**	**164.676**	**328.720**	**350.627**
Distribuição do Valor Adicionado	**143.561**	**164.676**	**328.720**	**350.627**
Empregados	**18.657**	**21.239**	**38.505**	**38.415**
Remuneração Direta	16.293	18.677	32.981	32.812
FGTS	1.001	946	1.001	946
Benefícios	1.363	1.616	4.523	4.657
Impostos, Taxas e Contribuições	**888**	**2.101**	**92.394**	**97.841**
Federal	-	1.477	88.773	93.559
Estadual e Municipal	888	624	3.621	4.282
Remuneração de Capitais de Terceiros	**552**	**597**	**40.228**	**37.057**
Aluguéis	530	529	26.880	23.142
Despesas Financeiras	22	68	4.720	4.574
Participações e Contribuições (Partes Beneficiárias)	-	-	8.628	9.341
Remuneração de Capitais Próprios	**123.463**	**140.739**	**157.592**	**177.313**
Lucros Líquidos Retidos	123.463	140.739	123.463	140.739
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	34.129	36.574

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília ("Companhia", "CEB" ou "Controladora") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SGAN Quadra 601, Bloco H, Salas SEMI Enterrado: 004SE à 019SE, Edifício ÍON Escritórios Eficientes, Asa Norte, Brasília - DF – CEP: 70.830-010, detém registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e possui suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão - B3). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6. Demais informações da Companhia podem ser obtidas pelo endereço eletrônico https://ri.ceb.com.br/.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de energia elétrica e gás, abrangendo os segmentos de geração e comercialização, além da exploração da concessão de Iluminação Pública do Distrito Federal, nos serviços de expansão, eficientização e manutenção do parque de Iluminação Pública.

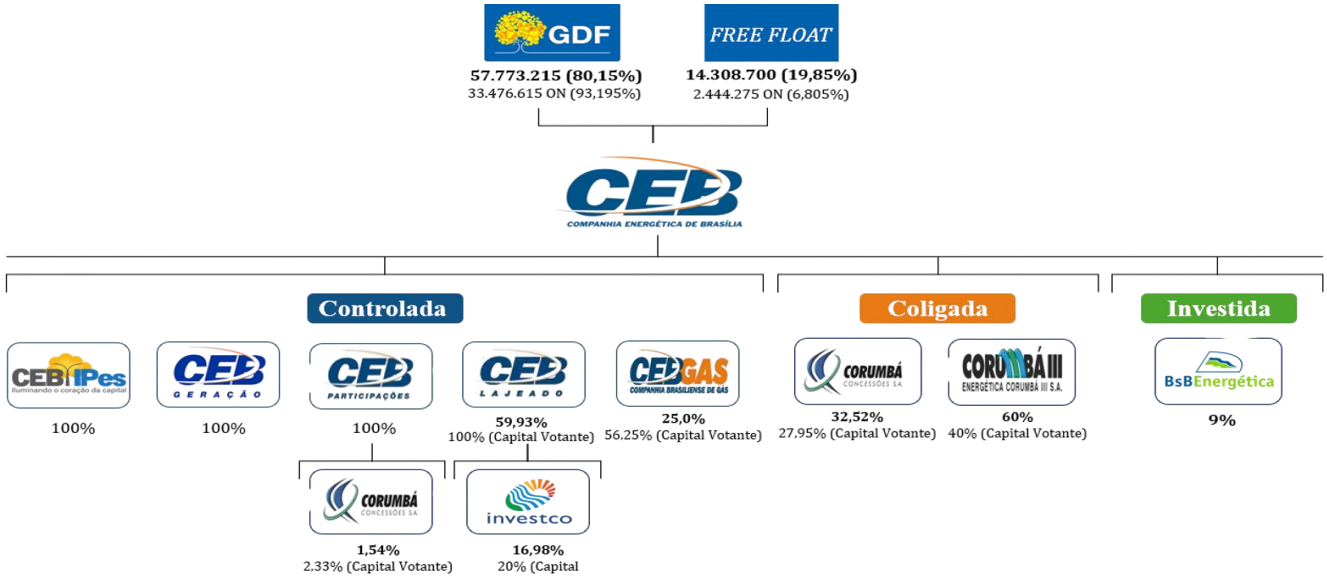
As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Controladora e suas controladas, apresentadas de forma individual e consolidada.

1.2. PARTICIPAÇÕES SOsocietárias

A Companhia possui as seguintes participações societárias nas controladas e coligadas:

	Atividade	Participação Acionária %	
		2026	2025
Participações Diretas			
Em controladas			
CEB Geração S.A.	Geração	100,00	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00	100,00
CEB Iluminação Pública S.A.	Serviços	100,00	100,00
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93	59,93
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	25,00	25,00
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	32,52	32,52
Energética Corumbá III S.A. (*)	Geração	60,00	37,5
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99	11,99
Outras Participações (Investida)			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00	9,00

(*) Em decorrência da conclusão da aquisição de ações da ECIII, a participação da Companhia foi ampliada de 37,5% para 60% do capital social da investida (vide Nota 2.2.3).



1.3. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

A seguir, apresentamos a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Informações Contábeis Intermediárias Condensadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2026 e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do exercício estão devidamente apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Dessa forma, essas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas no formato condensado. Essa base de preparação condensada evidencia todas as informações relevantes ou que apresentaram alterações significativas no período dessas informações financeiras intermediárias individuais, consolidadas e condensadas, com respectiva seleção e exclusão de informações que foram previamente divulgadas. Portanto, essas Informações Trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Números das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
30/09/2026	31/12/2025	
1	1	Contexto operacional e informações gerais
2	2	Base de preparação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis
3	3	Instrumentos financeiros e gestão de risco
4	4	Caixa e equivalente de caixa
5	5	Contas a receber
6	6	Tributos e contribuições compensáveis
7	7	Depósitos Judiciais e Cauções
8	8	Estoques
9	-	Despesas Pagas Antecipadamente
10	9	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
11	10	Ativos de Contrato
12	-	Ativos Mantidos para Venda
13	11	Outros Ativos Circulante (Demais Créditos)
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangível
17	15	Fornecedores
18	16	Obrigações tributárias
19	17	Obrigações sociais e trabalhistas
20	18	Obrigações societárias
21	19	Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios
22	-	Encargos Regulatórios
23	20	Outros passivos Circulante (Demais obrigações)
24	21	Patrimônio líquido
25	22	Desdobramentos das contas de resultado
26	23	Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído
27	24	Transações com partes relacionadas
28	25	Seguros
29	26	Informações por segmento de negócio
30	27	Conciliação do resultado do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais
31	28	Evento Subsequente

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e também de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® Interpretations).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada conforme o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, é exigida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As *International Financial Reporting Standards* – IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo assim, nas IFRS, a DVA é apresentada como informação suplementar, sem afetar o conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos suficientes para manter suas operações futuras. Além disso, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuidade operacional. Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional.

Em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e a Resolução CVM n° 152, este documento apresenta todas as informações relevantes utilizadas na gestão do negócio, cumprindo os requisitos mínimos exigidos e, ao mesmo tempo, divulgando apenas informações relevantes que auxiliem os usuários na tomada de decisões.

No dia 11 de novembro de 2026, a Administração da Companhia autorizou a emissão das Informações Contábeis Intermediárias Condensadas, para serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

2.1.1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS

As Informações Contábeis intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e estão alinhadas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Estas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas Informações Contábeis intermediárias individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são aplicados tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para determinar o resultado e o patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

2.1.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como as *International Financial Reporting Standards* – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

• Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
• Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
• Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

As Informações Contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas.

2.1.3. BASE DE MENSURAÇÃO

As informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas são apresentadas em milhares de reais (R$) e com base no custo histórico, exceto em determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo.

2.1.4. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.1.5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS MATERIAIS

A preparação das Informações Contábeis intermediárias requer o uso de estimativas contábeis materiais e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas em suas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

2.1.6. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o período iniciado em 2026 não tiveram impactos nas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o período de 2027 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da adoção destas normas:

2.1.6.1. EMISSÃO DA NORMA IFRS 18 – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia iniciou, em 2025, o projeto de avaliação e implementação do IFRS 18, norma que substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes, fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários e trará mudanças relevantes na forma de apresentação do desempenho financeiro e na estrutura das demonstrações financeiras. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas informações contábeis intermediárias, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das informações contábeis intermediárias. A norma será obrigatória a partir de 1° de janeiro de 2027.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Administração encontra-se avaliando os impactos potenciais da nova norma sobre a apresentação e divulgação das informações financeiras. Os efeitos quantitativos ainda estão em fase de análise e serão divulgados oportunamente, conforme o avanço do projeto e a conclusão das avaliações necessárias.

2.1.6.2. EMISSÃO DA NORMA IFRS 19 – SUBSIDIÁRIAS SEM OBRIGAÇÃO PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DIVULGAÇÕES

Esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para períodos iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações contábeis intermediárias.

2.1.6.3. EMISSÃO DA NORMA IFRS 20 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Estabelece requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos regulatórios, passivos regulatórios, receitas regulatórias e despesas regulatórias decorrentes de acordos de regulação tarifária. A norma tem como objetivo fornecer informações mais relevantes sobre os efeitos dos mecanismos regulatórios na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros das entidades sujeitas à regulação de tarifas. Esta norma introduz critérios específicos para o reconhecimento de direitos e obrigações regulatórias, bem como requisitos adicionais de apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2029. A Companhia não espera impactos significativos nas suas informações contábeis intermediárias.

2.1.6.4. ALTERAÇÃO DA NORMA IAS 21 – CONVERSÃO PARA UMA MOEDA DE APRESENTAÇÃO HIPERINFLACIONÁRIA

Altera requisitos de tratamento e divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas informações contábeis intermediárias.

2.1.6.5. ALTERAÇÃO DA NORMA IAS 28 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E EMPRESAS CONTROLADAS EM CONJUNTO

Esta alteração esclarece os critérios de elegibilidade para utilização da opção de mensuração de investimentos em coligadas e empresas controladas em conjunto ao valor justo por meio do resultado, em conformidade com a IFRS 9, alinhando tais requisitos aos conceitos previstos na IFRS 18. A alteração é aplicável quando da adoção da IFRS 18. A Companhia não espera impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias decorrentes da adoção desta alteração.

2.1.6.6. ALTERAÇÃO AOS EXEMPLOS ILUSTRATIVOS DAS NORMAS IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 E IAS 37 – DIVULGAÇÕES SOBRE INCERTEZAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Altera requisitos de divulgação previstos originalmente nestas normas. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas informações contábeis intermediárias.

2.2. EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO PERÍODO

2.2.1. PROJETOS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

A Controlada CEB Participações vem expandindo sua atuação por meio de projetos de geração distribuída de energia solar fotovoltaica, estruturados em regime de controle conjunto com a Terracap.

Esses projetos estão alinhados à estratégia de diversificação das fontes de receita da Controlada e à ampliação de sua atuação no segmento de geração de energia renovável.

2.2.1.1. CONSÓRCIO CEB PARTICIPAÇÕES - TERRACAP I - STF

No dia 28 de janeiro de 2025, foi assinada a criação do consórcio CEB Par – Terracap – STF, que celebrou um acordo inovador para fomentar a geração compartilhada de energia limpa no Distrito Federal, com vigência de 25 anos. A iniciativa está em conformidade com a Lei Distrital nº 6.274/2019, que estabelece diretrizes para a Política Distrital de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento de Energia Solar, Eólica e de Biomassa.

O acordo prevê a implantação de uma usina de geração distribuída (GD) fotovoltaica com capacidade instalada de 3 MW, ocupando uma área de 13,2 hectares, cuja energia será majoritariamente destinada ao Supremo Tribunal Federal, por meio de arranjo contratual que prevê remuneração das consorciadas via aluguel da usina. O objetivo principal é garantir que todos os integrantes do consórcio tenham acesso a uma fonte sustentável de energia, promovendo a redução dos impactos ambientais.

O empreendimento foi licitado pelo valor de R$ 9.890 mil, sob o regime de contratação FULL EPC (Engineering, Procurement and Construction), modelo em que a contratada assume a responsabilidade integral pelas etapas de engenharia, suprimentos, construção e comissionamento da usina.

Em outubro de 2025, foi realizado o aporte total de R$ 9.890 mil, de forma paritária entre a CEB Participações e a Terracap, cabendo à Controlada o montante de R$ 4.945 mil. Desse total, R$ 4.743 mil foram aplicados na implantação do empreendimento e reconhecidos como Imobilizado em Andamento.

A obra alcançou a conclusão de suas principais etapas, incluindo infraestrutura civil, sistemas de segurança, montagem eletromecânica dos módulos fotovoltaicos e trackers, instalação da cabine de medição, comissionamento e energização da usina. Com a conclusão dos testes operacionais e a entrada em operação da usina em julho de 2026, o montante de R$ 4.743 mil foi transferido de Imobilizado em Andamento para Imobilizado em Serviço.

Até 30 de setembro de 2026, permanecia pendente a homologação junto à distribuidora local de energia, necessária para o início do processo de compensação de energia elétrica no âmbito do sistema de geração distribuída.

2.2.2.2. CONSÓRCIO CEB PARTICIPAÇÕES - TERRACAP II – TSE

Em 4 de novembro de 2025, a Controlada CEB Participações celebrou, em conjunto com a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, instrumento de constituição do Consórcio CEBPar Terracap II, com o objetivo de desenvolver, implantar, operar e manter empreendimento de geração distribuída de energia solar fotovoltaica, nos termos do contrato registrado na Junta Comercial do Distrito Federal.

O projeto está inserido no contexto do Acordo de Cooperação Técnica nº 162/2023, firmado entre o Grupo CEB e a Terracap, voltado à viabilização do uso de áreas públicas para implantação de empreendimentos de geração de energia renovável, em alinhamento com a Política Distrital de Incentivo à Geração de Energia Solar.

O consórcio não constitui pessoa jurídica distinta de suas consorciadas, sendo estruturado como uma operação controlada em conjunto, na qual a CEBPar e a Terracap participam de forma paritária, com 50% (cinquenta por cento) cada, compartilhando direitos, obrigações, receitas e custos do empreendimento.

O objeto do consórcio consiste na implantação de usina fotovoltaica de geração distribuída, com capacidade estimada de 4,016 MWp, a ser instalada em área de aproximadamente 13 hectares, localizada no Setor Habitacional Catetinho, no Distrito Federal. A vigência do consórcio foi estabelecida em 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

A CEBPar atua como líder do consórcio, sendo responsável pela gestão técnica, administrativa e operacional do empreendimento, incluindo a implantação, operação e manutenção da usina, bem como a condução da contabilidade específica do consórcio.

O modelo de negócio prevê, além do consumo próprio da energia gerada pelas consorciadas, a possibilidade de locação de equipamentos, sendo as receitas decorrentes dessa locação rateadas entre as partes na proporção de suas participações. Esse arranjo reproduz a estrutura já adotada pela Companhia em outros empreendimentos de geração distribuída, como é o caso de CEBPar - Terracap I.

Até 30 de setembro de 2026, o empreendimento alcançou um avanço financeiro de 81%. A execução das obras está a cargo da empresa DCCO Soluções em Energia e Equipamentos Ltda., vencedora da licitação para atuação na modalidade Full EPC.

Sob a perspectiva contábil e societária, a cota-parte de investimentos da consorciada CEB Par, totaliza R$ 8.193, valor este totalmente aportado pela Companhia. Desse total, R$ 8.004 já foram efetivamente desembolsados até o encerramento do período.

2.2.3. AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA – ENERGÉTICA CORUMBÁ III - ECIII

A Companhia exerceu, em dezembro de 2025, por meio da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações – CCVA, o direito de preferência na aquisição da participação acionária detida pela CELG Participações S.A. na Energética Corumbá III S.A. na proporção de sua participação societária na ECIII.

Com essa operação, a composição acionária da Energética Corumbá III S.A. passou a ser representada da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias - ON		Ações Preferenciais - PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	**Quantidade**	**%**
Companhia Energética de Brasília S.A. - CEB	24.317.216	40%	48.634.437	80%	**72.951.653**	**60%**
Neoenergia Renováveis S.A.	36.475.826	60%	12.158.609	20%	**48.634.435**	**40%**
Total	**60.793.042**	**100%**	**60.793.046**	**100%**	**121.586.088**	**100%**

Com a conclusão da operação e a transferência das ações, a participação da CEB passou de 37,5% para 60% do capital social total da Investida, sem aquisição do controle societário, uma vez que a Neoenergia Renováveis S.A. permaneceu detentora da maioria das ações ordinárias com direito a voto.

2.2.4. REFORMA TRIBUTÁRIA

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com a adoção de um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Esse novo sistema prevê duas competências tributárias distintas: uma federal, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e a COFINS; e outra subnacional, com a instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição ao ICMS e ao ISS.

Foi ainda criado o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme definido em lei complementar.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta aspectos relevantes da Reforma Tributária, incluindo normas gerais aplicáveis à CBS e ao IBS.

Posteriormente, em janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, originada do Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que complementa a regulamentação da Reforma Tributária, instituindo o Comitê Gestor do IBS e estabelecendo regras relativas ao ITCMD e ao ITBI.

A transição entre o modelo atual e o novo sistema tributário ocorrerá no período de 2026 a 2032, durante o qual os tributos vigentes e os novos tributos coexistirão. O exercício de 2026 foi definido como período de testes ("ano-teste"), com a aplicação da CBS e do IBS a alíquotas reduzidas de 0,9% e 0,1%, respectivamente. Em 2027, a CBS passará a vigorar integralmente, com a extinção do PIS e da COFINS, bem como a redução a zero das alíquotas do IPI, exceto para produtos concorrentes da Zona Franca de Manaus.

No setor elétrico, em que a Companhia possui participações societárias, a Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, prevê regime específico para a incidência da CBS e do IBS sobre operações com energia elétrica, contemplando tratamento diferenciado ao longo da cadeia de fornecimento.

Em relação ao Imposto Seletivo (IS), não são esperados impactos relevantes, sobre a Controladora e suas Controladas, considerando o perfil das atividades desenvolvidas pelas Companhias.

Em 30 de abril de 2026, houve avanço regulatório relevante com a publicação do Decreto nº 12.955/2026, que regulamentou a CBS, e da Resolução CGIBS nº 6/2026, que regulamentou o IBS. Esses normativos estabeleceram diretrizes operacionais, obrigações acessórias, critérios de apuração, regimes específicos e demais procedimentos necessários à implementação do modelo de IVA dual.

Em 30 de junho de 2026, os tributos atualmente incidentes sobre o consumo permaneciam vigentes, assim como suas obrigações principais e acessórias, uma vez que a substituição pelos novos tributos ocorrerá de forma gradual durante o período de transição.

A Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária e vem adotando medidas para adequação de seus processos, sistemas e controles ao novo modelo tributário, avaliando os possíveis impactos sobre suas operações e investimentos, especialmente aqueles relacionados ao setor de energia elétrica.

Até 30 de setembro de 2026, não era possível mensurar de forma confiável os efeitos da Reforma Tributária sobre as demonstrações financeiras da Companhia, em razão da existência de aspectos regulatórios ainda em processo de definição, incluindo a conclusão de normativos complementares, a definição das alíquotas de referência da CBS e do IBS e a consolidação das regras operacionais aplicáveis às atividades da Companhia e de suas investidas.

Dessa forma, os impactos decorrentes da implementação do novo sistema tributário serão avaliados e reconhecidos prospectivamente à medida que haja maior clareza quanto ao arcabouço regulatório definitivo e aos seus efeitos econômicos e financeiros. A Administração acompanha e monitora continuamente os potenciais reflexos da Reforma Tributária sobre a Controladora, suas controladas, coligadas e demais investidas, considerando que alterações na carga tributária, na formação de preços, na geração e aproveitamento de créditos tributários e nos fluxos de caixa operacionais poderão impactar, direta ou indiretamente, os resultados, a distribuição de dividendos e o valor recuperável dos investimentos mantidos pela Companhia.

2.2.5. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS INTEMEDIÁRIOS

Em 20 de julho de 2026, por meio da 115° Assembleia Geral Extraordinária da CEB, os Acionistas deliberaram pela aprovação da reversão parcial da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais e a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R$ 75.042, com a devida disponibilização aos Acionistas em julho de 2026.

2.2.6. NOTA TÉCNICA Nº 131/2026-STR/ANEEL - RECEITA ANUAL DE GERAÇÃO – RAG

Em 23 de julho de 2026, a ANEEL divulgou a Receita Anual de Geração (RAG) aplicável ao Ciclo Tarifário de 2026/2027 das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas, contemplando as revisões e os reajustes homologados ao longo de 2026 com efeitos vigentes até 2027.

Para a controlada CEB Geração, a RAG foi estabelecida em R$ 10.678, em comparação a R$ 11.848 no ciclo tarifário anterior, representando uma redução de 9,87%.

Em relação à estimativa adotada pela Companhia, a receita homologada apresentou redução de R$ 951 mil, equivalente a 8,2%, decorrente, substancialmente, da aplicação de ajuste regulatório relacionado à indisponibilidade da usina, fator não considerado nas projeções elaboradas pela controlada.

Em conformidade com a metodologia de mensuração adotada, o ativo de contrato é remensurado periodicamente por ocasião das revisões tarifárias promovidas pela ANEEL ou sempre que ocorram alterações relevantes nas premissas utilizadas em sua avaliação. Em decorrência da atualização da RAG e da revisão dos fluxos de benefícios econômicos futuros esperados, foi efetuada a remensuração do ativo de contrato, com a correspondente realocação dos investimentos previstos na concessão. Considerando todos os componentes da atualização realizada, a remensuração resultou em redução líquida de R$ 230 mil no saldo do ativo de contrato.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros inerentes às respectivas atividades operacionais, estando expostas principalmente aos riscos de crédito, liquidez e mercado.

A Administração revisa periodicamente os limites de exposição a tais riscos, observando as diretrizes estabelecidas em suas políticas internas de gestão financeira e de riscos.

Na data-base das Informações Contábeis intermediárias, a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades das Companhias que compõem o conglomerado CEB a expõem a diversos riscos: operacionais, regulatórios, financeiros (incluindo risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito) e riscos associados ao meio ambiente. A gestão de riscos concentra-se na imprevisibilidade e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho operacional, econômico e financeiro da Companhia e suas controladas.

O Conselho de Administração da Companhia, com o apoio dos Comitês, supervisiona os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude.

A Diretoria de Planejamento e de Gestão de Riscos tem por atribuição identificar, avaliar, controlar, mitigar, monitorar e proteger a Companhia contra eventuais riscos operacionais, financeiros e regulatórios, atuando em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e das controladas.

A gestão de riscos da Companhia busca explicitar os processos que permeiam a estrutura organizacional das empresas do Grupo, identificando os riscos inerentes a cada processo e o responsável pelo gerenciamento dos riscos a ele associados, fornecendo ao gestor do processo, suporte técnico e instrumental para o estabelecimento de itens de controle que permitam medir os riscos inerentes e gerenciá-los.

A gestão integrada de riscos é supervisionada pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Risco, que reporta ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Comitê de Risco e ao Conselho Fiscal da Companhia. Além disso, foi desenvolvido e implementado um Programa de Integridade, que é atualizado e supervisionado pela referida Diretoria.

A Companhia e suas controladas trabalham de forma a conhecer os riscos do negócio, adequando e melhorando permanentemente seus processos e suas estruturas organizacionais, bem como avaliando suas interações com o setor público e privado para identificar e mitigar os riscos associados:

a) Ao atingimento dos objetivos e metas da Companhia; e
b) Ao estrito cumprimento das normas que regem a atuação da Companhia e evitar o cometimento dos atos lesivos definidos na Lei nº 12.846/2013.

3.2.1. RISCO REGULATÓRIO

Relativamente à gestão dos riscos regulatórios, há três vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração:

(a) as consequências de uma crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A.;
(b) o impacto da Repactuação do Risco Hidrológico nas empresas geradoras/comercializadoras; e
(c) o descumprimento de obrigações contratuais e legais, inclusive de normas, regulamentos, instruções ou determinações expedidas pelo Poder Público competente, ou pela ABNT, ou pela ANEEL, ou outros órgãos reguladores pertinentes, podendo ensejar desde sanções administrativas até a rescisão de concessões, o que pode impactar diretamente o potencial remuneratório da Controladora e suas Controladas.

A Administração da Companhia e de suas controladas é integralmente responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas que compõem o Grupo CEB.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoramento permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa, visando a sua mitigação.

A Companhia, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual, as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

Em cumprimento à Lei nº 13.303/2016, cada empresa deve observar as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e mecanismos para sua proteção, todos constantes da citada Lei.

3.2.2. RISCO DE CRÉDITO

Em termos simples, o risco de crédito é a probabilidade de que um cliente, parceiro de negócios ou devedor não cumpra com suas obrigações financeiras ou contratuais, ou seja, não pague uma dívida que contraiu com a Companhia.

A Companhia e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes da comercialização de energia elétrica e da prestação de serviços de iluminação pública.

A Administração entende que a estrutura de controle e o modelo de contratações adotado para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela legislação do Distrito Federal, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros.

3.2.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia e suas controladas tem financiado suas operações com recursos provenientes de suas atividades operacionais e dos resultados de suas empresas controladas, coligadas e demais investidas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada com base em informações da área financeira, analisadas em ambiente executivo da Companhia.

3.2.4. RISCO DE MERCADO

A Companhia e suas Controladas estão expostas aos riscos de mercado decorrente das variações nas taxas de juros aplicáveis

às suas aplicações financeiras e demais instrumentos financeiros, que são compostos, predominantemente, por instrumentos de baixo risco e alta liquidez, remunerados a taxas pós-fixadas ao CDI e à taxa SELIC, além de contratos com Clientes e Fornecedores atrelados a outros indexadores econômico-financeiros.

Os principais instrumentos utilizados são Certificados de Depósitos Bancários (CDB's). Tais investimentos possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis conforme as necessidades de caixa da Companhia, com valor conhecido e risco insignificante de perda.

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia formalizou contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, lastreado em carteira de recebíveis oriundos de empréstimos consignados concedidos a empregados públicos vinculados ao GDF, como garantia adicional aos investimentos do grupo CEB mantidos junto ao Banco de Brasília (BRB). A Administração entende que essa medida está alinhada às boas práticas de gestão de riscos, contribuindo para a mitigação de riscos e a preservação dos ativos financeiros.

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos, instrumentos financeiros derivativos ou exposição ao risco cambial, uma vez que todas as suas operações são realizadas em moeda nacional.

Em 30 de setembro de 2026, o saldo em contas correntes e aplicações financeiras da Controladora e do Consolidado totalizam, respectivamente, R$ 85.547 e R$ 246.641.

3.2.4.1. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia realiza análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, conforme demonstrado a seguir:

A análise considera as variações positivas e negativas de ±25% e ±50% nas taxas de juros e índices econômicos, consideradas razoavelmente possíveis com base nas condições observadas no mercado financeiro brasileiro.

O impacto foi estimado aplicando-se essa variação sobre o saldo das aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar em 30 de setembro de 2026, sem considerar eventuais mudanças no volume de recursos aplicados ou reinvestimentos futuros e, ainda, baixas do contas a receber e a pagar.

Os efeitos apresentados são meramente estimativos e não representam projeções de resultado futuro:

	Controladora						
Operação	Risco	Base de exposição	Aumento do Risco em 25%	Aumento do Risco em 50%	Redução do Risco em 25%	Redução do Risco em 50%	Impacto estimado no resultado (R$ mil)
Aplicações Financeiras - CDB	CDI	85.359	3.088	6.176	-3.088	-6.176	± 3088 / ± 6176
	Consolidado						
Operação	Risco	Base de exposição	Aumento do Risco em 25%	Aumento do Risco em 50%	Redução do Risco em 25%	Redução do Risco em 50%	Impacto estimado no resultado (R$ mil)
Aplicações Financeiras - CDB	CDI	246.406	8.914	17.827	-8.914	-17.827	± 8914 / ± 17827
Contas a Receber	IGPM	54.910	460	920	-460	-920	± 460 / ± 920
Contas a Pagar	INPC	15.758	180	361	180	361	± 180 / ± 361

Índices Utilizados	Situação Atual (12m)
CDI (acumulado 12 meses)	14,47%
IGPM (nominal)	3,35%
IPCA (acumulado 12 meses)	4,58%

Fontes: B3 (CDI), FGV (IGP-M) e IBGE (IPCA)

3.2.5. RISCO OPERACIONAL

Risco operacional refere-se ao risco de prejuízos diretos ou indiretos resultantes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como a fatores externos, excluindo riscos de crédito, mercado e liquidez. Inclui, por exemplo, riscos decorrentes de exigências legais e regulatórias, bem como de padrões amplamente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais podem surgir de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração é administrar o risco operacional do Grupo para: (i) evitar prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia na gestão de custos; e (iii) garantir a continuidade operacional da Companhia.

3.3. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são preservar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, buscando fazê-lo ao menor custo possível. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode propor, quando necessário a aprovação dos acionistas, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações ou venda de ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Total de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(85.547)	(148.824)	(246.641)	(424.671)
= Dívida Líquida	**(85.547)**	**(148.824)**	**(246.641)**	**(424.671)**
Patrimônio Líquido	927.611	914.717	1.154.290	1.166.103
= Total do Capital	**842.064**	**765.893**	**907.649**	**741.432**
Índice de Alavancagem Financeira - %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

3.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros da Companhia são classificados, substancialmente, na categoria de custo amortizado, em função do modelo de negócios adotado, cujo objetivo é manter os ativos financeiros para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, os quais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

As aplicações financeiras estão, substancialmente, atreladas ao CDI, sendo seus rendimentos apropriados ao resultado ao longo do período, de forma consistente com o método da taxa efetiva de juros.

As tabelas a seguir apresentam, de forma resumida, os ativos financeiros registrados em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025.

	Avaliação	Controladora			
		30/09/2026		31/12/2025	
		Custo Amortizado	Saldo Contábil	Custo Amortizado	Saldo Contábil
Ativos Financeiros		**85.547**	**85.547**	**148.824**	**148.824**
Caixa e Bancos	Custo Amortizado	188	188	2.993	2.993
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado	85.359	85.359	145.831	145.831
Passivos Financeiros		**859**	**859**	**1.273**	**1.273**
Fornecedores	Custo Amortizado	859	859	1.273	1.273

	Avaliação	Consolidado			
		30/09/2026		31/12/2025	
		Custo Amortizado	Saldo Contábil	Custo Amortizado	Saldo Contábil
Ativos Financeiros		**290.624**	**290.624**	**487.705**	**487.705**
Caixa e Bancos	Custo Amortizado	235	235	5.711	5.711
Contas a Receber	Custo Amortizado	43.983	43.983	63.034	63.034
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado	246.406	246.406	418.960	418.960
Passivos Financeiros		**31.162**	**31.162**	**44.758**	**44.758**
Fornecedores	Custo Amortizado	15.758	15.758	24.034	24.034
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	8.629	8.629	14.931	14.931
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado	6.775	6.775	5.793	5.793

3.5. RECLASSIFICAÇÃO DE RUBRICAS DO BALANÇO PATRIMONIAL - NOTA EXPLICATIVA Nº 09 E 12

Com o objetivo de proporcionar melhor apresentação do Balanço Patrimonial, a Companhia promoveu, em 30 de setembro de 2026, a segregação das rubricas Despesas Pagas Antecipadamente e Ativos Mantidos para Venda, anteriormente classificadas em Outros Ativos Circulantes. Para fins de comparabilidade entre os períodos apresentados, os saldos comparativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram reclassificados, conforme demonstrado a seguir:

Controladora			
Rubrica Original	**Valor (R$)**	**Rubrica Reclassificada**	**Valor (R$)**
Outros Ativos Circulantes	2.950	Despesas Pagas Antecipadamente	2.950
	1.569	Ativos Mantidos para Venda	1.569

Dessa forma, o saldo anteriormente apresentado na rubrica Outros Ativos Circulantes na Controladora, no montante de R$ 9.562, foi parcialmente reclassificado para rubricas de apresentação mais adequadas à natureza dos respectivos ativos, sendo R$ 2.950 para Despesas Pagas Antecipadamente e R$ 1.569 para Ativos Mantidos para Venda, remanescendo o montante de R$ 5.043 na rubrica Outros Ativos Circulantes.

Consolidado			
Rubrica Original	**Valor (R$)**	**Rubrica Reclassificada**	**Valor (R$)**
Outros Ativos Circulantes	2.289	Despesas Pagas Antecipadamente	2.289
	1.569	Ativos Mantidos para Venda	1.569

No Consolidado, o saldo anteriormente apresentado na rubrica Outros Ativos Circulantes, no montante de R$ 13.016, foi parcialmente reclassificado para rubricas de apresentação mais adequadas à natureza dos respectivos ativos, sendo R$ 2.290 para Despesas Pagas Antecipadamente e R$ 1.569 para Ativos Mantidos para Venda, remanescendo o montante de R$ 9.157 na rubrica Outros Ativos Circulantes.

As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, do passivo, do patrimônio líquido, o resultado do exercício ou os fluxos de caixa anteriormente divulgados, representando exclusivamente ajustes de apresentação e classificação contábil.

As informações comparativas foram ajustadas para refletir tais reclassificações, assegurando a adequada comparabilidade entre os períodos apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e Bancos Conta Movimento	188	2.993	235	5.711
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	85.359	145.831	246.406	418.960
Total	**85.547**	**148.824**	**246.641**	**424.671**

Os principais instrumentos utilizados são Certificados de Depósito Bancário (CDB), mantidos junto ao Banco de Brasília (BRB) e ao Banco do Brasil (BB), lastreados em títulos de emissão das próprias instituições financeiras. Esses investimentos possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis conforme as necessidades de caixa da Companhia, com valor conhecido. As aplicações financeiras da Companhia apresentam rentabilidades indexadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração média entre 98% e 105% desse indicador (Vide nota 3.2.4). Devido à natureza e características das aplicações financeiras, elas são reconhecidas pelo custo amortizado, sendo os rendimentos reconhecidos no resultado do período.

5. CONTAS A RECEBER

5.1. COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Concessionárias e Permissionárias **(a)**	-	-	43.729	62.635
Serviços Prestados a Terceiros **(b)**	10.901	10.901	11.181	11.330
Total Bruto a Receber	**10.901**	**10.901**	**54.910**	**73.965**
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa **(c)**	(10.901)	(10.901)	(10.927)	(10.931)
Total Líquido a Receber	**-**	**-**	**43.983**	**63.034**

(a) Trata-se de valores a receber pelos Contratos de venda de energia e comercialização no Mercado de Curto Prazo – CCEE, bem como da Contraprestação pela Concessão do direito de exploração do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal.

(b) São valores a receber do Governo do Distrito Federal e entes privados pela prestação de serviços de iluminação pública do Distrito Federal, remanescentes dos Contratos celebrados entre a Companhia Energética de Brasília e a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, antes da outorga da Concessão a CEB IPES.

(c) Constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e foi constituída de acordo com os valores a receber há mais de 90 dias de atraso.

5.2. VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	30/09/2026	31/12/2025
Concessionárias e Permissionárias	43.703	-	-	26	43.729	62.635
Serviços prestado a terceiros	280	-	-	10.901	11.181	11.330
Total Bruto a Receber	**43.983**	**-**	**-**	**10.927**	**54.910**	**73.965**
Perda Estimada Com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(10.927)	(10.927)	(10.931)
Total Líquido a Receber	**43.983**	**-**	**-**	**-**	**43.983**	**63.034**

5.3. ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PECLD)

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, considerando, entre outros fatores, o histórico de inadimplência, a análise individual e coletiva dos saldos e os vencimentos das faturas, especialmente aquelas em atraso superior a 90 dias.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia adota o modelo de perdas de crédito esperadas, o qual considera não apenas o atraso no recebimento, mas também o histórico de perdas e outras informações razoáveis e suportáveis, inclusive fatores prospectivos. Nesse contexto, faturas com características semelhantes de risco de crédito, incluindo aquelas com histórico de inadimplemento recorrente, são consideradas na mensuração da perda esperada, podendo resultar na constituição de provisão para saldos ainda não vencidos ou com menor período de atraso.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**13.920**	**13.970**
Adições	-	-
Reversões	(3.019)	(3.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**10.901**	**10.931**
Adições	-	-
Reversões	-	(4)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**10.901**	**10.927**

5.4. CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal (representado pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF) até o fim do Contrato de prestação dos serviços de manutenção, eficientização e expansão do parque de iluminação pública, ocorrido em 25 de março de 2024, são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total estão provisionados como perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

O quadro seguinte mostra a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Saldos Vincendos	-	-	43.983	63.034
Vencidos até 90 dias	-	-	-	--
Vencidos de 91 a 360 dias	-	-	-	
Vencidos há mais de 360 dias	10.901	10.901	10.927	10.931
Saldo Bruto a Receber	**10.901**	**10.901**	**54.910**	**73.965**
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	**(10.901)**	**(10.901)**	**(10.927)**	**(10.931)**
Saldo Líquido a receber	**-**	**-**	**43.983**	**63.034**

(a) Do montante registrado como Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, na Controladora, R$ 10.285 referem-se ao período de 2009 a 2020, valores já devidamente judicializados, dos quais R$ 5.502 encontram-se com trânsito em julgado, com precatórios emitidos e aguardando liquidação. A diferença de R$ 616 refere-se ao período de 2021 a 2024, cujos valores estão sendo objetos de cobrança administrativa.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ **(a)**	33.902	31.349	58.932	42.167
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL **(a)**	3.744	3.490	6.721	3.509
Programa de Integração Social – PIS **(b)**	387	387	2.092	1.806
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS **(b)**	-	-	7.856	6.539
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	827	827	832	832
Outros	985	987	1.024	1.000
Total	**39.845**	**37.040**	**77.457**	**55.853**
Circulante	**38.911**	**36.145**	**76.483**	**54.946**
Não Circulante	**934**	**895**	**974**	**908**

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, substancialmente, a saldos negativos apurados em exercícios anteriores, notadamente nos exercícios de 2023 a 2025, decorrentes da apuração pelo regime de Lucro Real Anual, passíveis de compensação. Tais valores encontram-se devidamente atualizados pela Taxa Selic, nos termos da legislação vigente, sendo compensados à medida que são apurados débitos de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

(b) Os valores referem-se, no consolidado, aos créditos apurados sobre aquisições de insumos utilizados na prestação dos serviços de iluminação pública, no âmbito do projeto de eficientização em execução pela controlada CEB IPES, que são compensados à medida que são gerados tributos a recolher.

6.1. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Diferenças Temporárias	4.092	4.180	4.092	4.180
Total	**4.092**	**4.180**	**4.092**	**4.180**

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias relacionadas às provisões para contingências e às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a realização nos prazos previstos.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais efetuadas perante as instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas controladas, cauções referentes a leilões de energia e ainda a garantia do Contrato de Concessão. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Bloqueios Judiciais	-	11	145	90
Cauções **(a)**	-	95	63.226	47.018
Depósitos Recursais **(b)**	194	194	10.156	8.919
Total	**194**	**300**	**73.527**	**56.027**
Circulante	**-**	**11**	**145**	**90**
Não Circulante	**194**	**289**	**73.382**	**55.937**

(a) No consolidado, os valores referem-se, principalmente, (i) à garantia prevista no Contrato de Concessão da controlada CEB Iluminação Pública, destinada a assegurar o pagamento da contraprestação devida pelo Poder Concedente, no montante de R$ 38.275. Essa garantia possui contrapartida registrada no passivo não circulante, tendo em vista que será devolvida ao término da concessão, sendo remunerada conforme as condições estabelecidas em Certificado de Depósito Bancário (CDB); e (ii) à garantia financeira exigida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das controladas participantes do Mercado de Curto Prazo, no montante de R$ 24.547, a qual é remunerada pelo CDI e utilizada conforme a liquidação das operações de energia.

(b) Montantes oriundos das demandas judiciais.

8. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Materiais	58	16	17.372	18.130
Total	**58**	**16**	**17.372**	**18.130**

No consolidado, o saldo refere-se aos materiais adquiridos para aplicação nos serviços de expansão e eficientização do parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, realizados pela controlada CEB IPES.

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Prêmios de Seguros **(a)**	1.738	1.956	1.738	1.956
Repactuação do Risco Hidrológico **(b)**	-	-	3.260	4.051
Outras Despesas pagas antecipadamente **(c)**	1.064	333	1.064	333
Total	**2.802**	**2.289**	**6.062**	**6.340**
Circulante	**2.802**	**2.289**	**3.965**	**3.451**
Não Circulante	**-**	**-**	**2.097**	**2.888**

a) Correspondem aos custos das apólices de seguro-garantia relacionadas a processos de Execução Fiscal, com vigência de 60 meses. Os valores são reconhecidos como despesas antecipadas e amortizados linearmente durante o período de cobertura contratual.

b) O saldo registrado no consolidado refere-se ao crédito apurado pelas investidas, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução ANEEL nº 684/2015, para compensação do prêmio de seguro relacionado à Repactuação do Risco Hidrológico.

c) Referem-se a valores pagos antecipadamente relacionados a assinaturas, licenças de uso, IPTU e outros gastos de natureza semelhante, cujos benefícios econômicos serão usufruídos em períodos subsequentes. Tais montantes são registrados no ativo e apropriados ao resultado de forma sistemática ao longo do período de competência ou vigência correspondente, em conformidade com o regime de competência.

10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Dividendos	22.245	55.666	15.974	27.123
Total	**22.245**	**55.666**	**15.974**	**27.123**

Refere-se aos dividendos distribuídos pelas subsidiárias, de acordo com a participação acionária da CEB e em conformidade com o disposto nos Estatutos Sociais das respectivas Investidas.

11. ATIVOS DE CONTRATO

O valor do ativo é composto pelo reconhecimento dos Contratos de Concessão dos direitos de exploração do empreendimento da UHE Paranoá e da prestação dos serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
CEB Iluminação Pública S.A. **(a)**	-	-	175.353	124.921
CEB Geração S.A.	-	-	9.702	9.648
Total	**-**	**-**	**185.055**	**134.569**
Circulante	**-**	**-**	**124.416**	**127.950**
Não Circulante	**-**	**-**	**60.640**	**6.619**

a) Representa o direito da concessionária de receber pagamentos futuros (contraprestações) pela execução de obras ou serviços de infraestrutura no âmbito do contrato de concessão, como a modernização, ampliação e eficientização energética da rede de iluminação pública. Esse ativo é reconhecido à medida que os serviços são prestados e os investimentos são realizados, em conformidade com os CPC' n° 47 e o ICPC 01 (R1). A variação se deve ao aumento dos serviços executados no período, que ampliam o direito de receber as contraprestações contratuais.

12. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativos Mantidos para Venda	1.569	1.569	1.569	1.569
Total	**1.569**	**1.569**	**1.569**	**1.569**

Refere-se a 14 (quatorze) terrenos de propriedade da Companhia, destinados à alienação, disponíveis para venda e com expectativa de realização até o final do exercício de 2026. Os imóveis, localizados na QI 10, Lotes 25 a 38, no Setor Industrial

de Taguatinga, Taguatinga Norte, Brasília/DF, totalizam 10,5 mil m². Os ativos foram mensurados pelo seu valor contábil e reclassificados para o ativo circulante, considerando a expectativa da realização da venda até o final de 2026, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada,

13. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Serviços em curso **(a)**	-	-	507	-
Adiantamentos a Fornecedores **(b)**	31	2.219	196	2.350
Créditos a Receber de Empregados **(c)**	893	244	1.510	841
Títulos de Crédito a Receber **(d)**	-	-	1.845	1.650
Créditos a receber de Controladas e Coligadas **(e)**	3.994	6.551	-	-
Outros Créditos a Receber	66	145	1.033	4.961
Total	**4.984**	**9.159**	**5.091**	**9.802**
Circulante	**4.984**	**9.159**	**3.247**	**8.152**
Não Circulante	**-**	**-**	**1.845**	**1.650**

a) Refere-se aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e ao Programa de Eficiência Energética – PEE, nas Controladas, cujos valores, após a conclusão dos respectivos projetos, serão compensados com o passivo constituído para esse fim, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

b) A redução decorre da efetivação da aquisição de salas comerciais no Edifício ION, conforme previsto no Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel, com a consequente baixa do adiantamento mediante a transferência das referidas unidades e sua reclassificação para o ativo imobilizado.

c) Registros de adiantamentos de 13° Salário, Férias e empréstimos de férias aos empregados.

d) Registro corresponde aos dividendos anuais fixos, cumulativo, de 3% sobre o valor das ações preferenciais classes "'A" e "B" de emissão da coligada Investco, trazidos a valor presente, e classificadas como um instrumento financeiro recebível, registro realizado na CEB Lajeado, conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG 39 (R4).

e) Referem-se, na controladora, aos compartilhamentos de despesas incorridas com a manutenção da estrutura administrativa, organizacional, de governança corporativa e de pessoal do Grupo CEB. Em conformidade com os preceitos estabelecidos pelos Pronunciamentos Contábeis vigentes, as transações realizadas entre a controladora e suas controladas são eliminadas integralmente no processo de consolidação.

14. INVESTIMENTOS

14.1. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Avaliadas pela Equivalência Patrimonial	**727.665**	**613.710**	**492.625**	**387.342**
CEB Geração S/A	16.502	15.150	-	-
CEB Lajeado S/A	107.294	138.976	--	-
CEB Participações S/A **(a)**	79.840	51.138	-	-
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	241.810	221.020	-	-
CIA Brasiliense de Gás	(839)	(665)	-	-
Corumbá Concessões S/A	132.690	104.802	138.955	109.750
Energética Corumbá III S/A	150.368	83.289	150.368	83.289
Investco S/A	-	-	203.301	194.302
Avaliadas ao Valor Justo	**1.668**	**1.668**	**1.668**	**1.668**
CIA do Metropolitano do DF	38	38	38	38
BSB Energética S.A.	1.630	1.630	1.630	1.630
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	**487**	**16.717**	**-**	**-**
CIA Brasiliense de Gás	487	225	-	-
CEB Participações S/A **(a)**	-	16.492	-	-
Propriedades para Investimento	**15.825**	**15.825**	**15.825**	**15.825**
Terrenos	11.035	11.035	11.035	11.035
Edificações. Obras Civis e Benfeitorias	4.790	4.790	4.790	4.790
Total	**745.645**	**647.920**	**510.117**	**404.834**

a) Em 2025, a CEB realizou aporte de recursos na CEB Participações, com o objetivo estratégico de recompor a liquidez e o capital de giro operacional da subsidiária, em razão da extensão da outorga obtida com o leilão regulamentar, assegurando a continuidade das operações e o equilíbrio do fluxo financeiro da Controlada. O referido aporte, juntamente com o excesso de reservas, foi integralizado em sua totalidade em 30 de abril de 2026.

14.2. INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (CONTROLADORA)

	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social	Participação nas Ações Ordinárias	Saldo Contábil	
					30/09/2026	31/12/2025
CEB Geração S/A	7.575	16.502	100,00%	100,00%	16.502	15.150
CEB Lajeado S/A **(a)**	112.284	335.029	59,93%	100,00%	107.294	138.976
CEB Participações S/A	58.871	79.840	100,00%	100,00%	79.840	51.138
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	174.081	241.810	100,00%	100,00%	241.810	221.020
CIA Brasiliense de Gás	11.984	(1.408)	25,00%	56,25%	(839)	(665)
Corumbá Concessões S/A	280.014	407.978	32,52%	22,59%	132.690	104.802
Energética Corumbá III S/A	121.586	250.613	60,00%	40,00%	150.368	83.289
				Total	**727.665**	**613.710**

a) O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

14.2.1. INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social	Participação nas Ações Ordinárias	Saldo Contábil	
					30/09/2026	31/12/2025
Corumbá Concessões S/A	280.014	407.978	34,06%	24,18%	138.955	109.750
Energética Corumbá III S/A	121.586	250.613	60,00%	40,00%	150.368	83.289
Investco S/A	804.459	944.644	16,98%	20,00%	203.302	194.302
				Total	**492.625**	**387.341**

14.2.2. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

	30/09/2026			31/12/2025		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Geração S/A	37.403	20.901	7.691	37.246	22.095	13.309
CEB Lajeado S/A	420.758	85.729	187.535	486.414	94.733	268.557
CEB Participações S/A	82.142	2.302	20.768	79.648	3.208	26.774
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	330.830	89.019	113.681	303.817	75.474	201.694
CIA Brasiliense de Gás	739	2.147	-	421	2.180	-
Corumbá Concessões S/A	571.009	163.030	249.936	513.245	191.013	311.149
Energética Corumbá III S/A	303.597	52.984	53.957	299.837	77.733	75.786

14.2.3. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora			
	30/09/2026		31/12/2025	
	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	Equivalência Patrimonial	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	Equivalência Patrimonial
CEB Geração S/A	1.351	1.351	3.034	3.034
CEB Lajeado S/A	77.649	42.966	114.742	64.167
CEB Participações S/A	12.210	12.210	17.619	17.619
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	20.790	20.790	30.834	30.834
CIA Brasiliense de Gás	(697)	(174)	(1.165)	(326)
Corumbá Concessões S/A	96.634	31.547	148.888	51.204
Energética Corumbá III S/A	28.509	15.222	54.207	20.605
Total	**236.446**	**123.912**	**368.159**	**187.137**

14.2.4. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora							
	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasiliense de Gás S.A.	CEB IPES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**138.976**	**104.802**	**83.289**	**51.138**	**15.150**	**(665)**	**221.020**	**613.711**
Aumento de Capital/Participação	-	-	51.857	16.492	-	-	-	**68.349**
Resultado de Equiv. Patrimonial	42.966	31.547	15.222	12.210	1.351	(174)	20.790	**123.912**
Distribuição de Dividendos	(74.648)	(3.659)	-	-	-		-	**(78.307)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**107.294**	**132.690**	**150.368**	**79.840**	**16.501**	**(839)**	**241.810**	**727.665**

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**194.303**	**109.750**	**83.289**	**387.342**
Aumento de Capital/Participação	-	-	51.857	**51.857**
Ajuste Equivalência Patrimonial Exercício Anterior	(1.202)	-	-	**(1.202)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.833	33.033	15.222	**61.088**
Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	(2.632)	(3.828)	-	**(6.460)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**203.302**	**138.955**	**150.368**	**492.625**

14.3. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R$ 226.679 (R$ 251.386 – 2025).

14.4. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Terrenos	11.035	11.035	11.035	11.035
Edificações. Obras Civis e Benfeitorias	4.790	4.790	4.790	4.790
Total	**15.825**	**15.825**	**15.825**	**15.825**

Por não atenderem aos critérios de classificação como ativos imobilizados, os terrenos, edificações, obras civis e benfeitorias foram reclassificados como propriedades para investimento, em conformidade com o CPC 28 – Propriedade para Investimento, uma vez que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços, nem para fins administrativos ou para venda no curso normal das operações da Companhia.

Em consonância com o CPC 28, esses ativos permanecem registrados pelo modelo do custo, sendo mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada, amortização, quando aplicável, e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, conforme a política contábil adotada pela Companhia.

A Companhia realiza, periodicamente, avaliações para estimar o valor justo dessas propriedades, considerando as condições de mercado vigentes. Os laudos técnicos elaborados em 2025, abrangendo tanto as edificações quanto os terrenos, estimaram um valor total de mercado para os imóveis de R$ 156.155.

15. IMOBILIZADO

15.1. MOVIMENTAÇÃO

		Controladora			
		31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Imobilizado em Serviço		**38.569**	**9.207**	**-**	**47.776**
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias **(a)**		34.554	9.145	-	43.699
Máquinas e Equipamentos		1.170	4	-	1.173
Móveis e Utensílios		1.294	25	-	1.320
Equipamentos de Informática		1.551	33	-	1.585
(-) Depreciação Acumulada	**Taxa a.a.**	**(6.810)**	**(1.723)**	**-**	**(8.533)**
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4%	(4.300)	(1.336)	-	(5.637)
Máquinas e Equipamentos	10%	(535)	(152)	-	(687)
Móveis e Utensílios	10%	(596)	(107)	-	(703)
Equipamentos de Informática	20%	(1.379)	(128)	-	(1.507)
Imobilizado em Curso			**80**	**-**	**80**
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		**-**	80	-	80
Total		**31.759**	**7.564**	**-**	**39.323**

	Consolidado			
	31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Imobilizado em Serviço	**74.311**	**14.326**	**(35)**	**88.634**
Terrenos	2.724	-	(35)	2.688
Reservatórios, Barragens e Adutoras	12.489	--	-	12.489
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias **(a)**	40.223	9.225	-	49.448
Máquinas e Equipamentos	14.136	4.900	-	19.037
Veículos	132	-	-	132
Móveis e Utensílios	2.308	25	-	2.365

		Consolidado			
		31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Equipamentos de Informática		2.299	176	-	2.475
(-) Depreciação Acumulada	**Taxa a.a.**	**(23.762)**	**(2.742)**	**-**	**(26.504)**
(-) Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	(5.341)	(159)	-	(5.500)
(-) Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4%	(7.734)	(1.538)	-	(9.271)
(-) Máquinas e Equipamentos	10%	(7.882)	(622)	-	(8.505)
(-) Veículos	20%	(132)	-	-	(132)
(-) Móveis e Utensílios	10%	(1.047)	(180)	-	(1.227)
(-) Equipamentos de Informática	20%	(1.626)	(243)	-	(1.869)
Imobilizado em Curso		**520**	**7.773**		**8.293**
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		38	62	-	100
Máquinas e Equipamentos		482	7.711	-	8.193
Total		**51.069**	**19.357**	**(35)**	**70.423**

a) Em 2026 foi efetivado a aquisição de 15 (quinze) salas comerciais, localizadas no 1° e 2° andar do Edifico ION – Escritórios Inteligentes, situado na SGAN 601, Bloco H, Asa Norte, Brasília/DF, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóveis, cujo objetivo decorre da oportunidade de integração das estruturas administrativas da Companhia em um único empreendimento, visando à otimização dos espaços corporativos, à melhoria da eficiência operacional e à valorização patrimonial da CEB.

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável dos ativos até a data dessas demonstrações financeiras.

As taxas de depreciação aplicadas aos ativos da Companhia e de suas subsidiárias consideram, de forma geral, as estimativas de vida útil econômica dos bens. Para os ativos vinculados à concessão, são observados os parâmetros de vida útil estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, enquanto para os ativos de uso administrativo são adotadas, como referência, as taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

16. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Intangível em Serviço		**5.616**	**-**	**-**	**5.616**
Softwares		5.616	-	-	5.616
(-) Amortização Acumulada	**Taxa a.a.**	**(5.585)**	**(30)**	**-**	**(5.616)**
(-) Softwares	20%	(5.585)	(30)	-	(5.616)
Intangível em Curso		**1.276**	**-**	**(1.276)**	**-**
Projetos em desenvolvimento		1.276	-	(1.276)	-
Total		**1.307**	**(30)**	**(1.276)**	**-**

		Consolidado			
		31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Intangível em Serviço		**80.368**	**5**	**-**	**80.373**
Uso do Bem Público		1.566	-	-	1.566
Softwares		5.855	5	-	5.860
Repactuação do Risco Hidrológico **(a)**		72.823	-	-	72.823
Outros (a)		124	-	-	124
(-) Amortização Acumulada	**Taxa a.a.**	**(24.084)**	**(4.004)**	**-**	**(28.088)**
(-) Uso do Bem Público	2%	(1.196)	(272)	-	(1.468)
(-) Softwares	20%	(5.820)	(32)	-	(5.852)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	2%	(16.976)	(3.694)	-	(20.671)
(-) Outros (a)	10%	(92)	(6)	-	(98)
Intangível em Curso		**1.276**	**-**	**(1.276)**	**-**
Projetos em desenvolvimento		1.276	-	(1.276)	-
Direito de Exploração da Concessão		**45.803**	**(3.554)**	**-**	**42.249**
Ágio da concessão		158.946	-	-	158.946
(-) Amortização Acumulada - Ágio da Concessão		(113.143)	(3.554)	-	(116.696)
Total		**103.363**	**(7.553)**	**(1.276)**	**94.534**

a) Refere-se à extensão da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica de Queimado, da controlada CEB Participações S.A., por prazo adicional de 7 (sete) anos, estabelecendo-se o novo término da vigência da concessão em julho de 2041.

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

16.1. DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO – CEB LAJEADO

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luís Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito trata-se de uma operação de reestruturação societária decorrente do contrato de compra e venda de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabeleceu para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R$ 213.452, R$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, fim da concessão. O total do ágio, R$ 158.946, amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resultando em R$ 5.887 de amortização ao ano. Com a extensão da concessão, tendo como resultado a repactuação do risco hidrológico, conforme Lei n° 14.052/2020, com obtenção de mais 980 dias, o equivalente a 2 anos e 8 meses, o prazo final da concessão passou de dezembro de 2032 para setembro de 2035 e o valor amortizado anual passou de R$ 5.887 para R$ 4.738.

Essa operação de extensão dos prazos de concessão das outorgas de geração, para fins compensação aos geradores hidroelétricos dos custos pagos no âmbito da CCEE, gerou para a CEB Lajeado o ganho com a repactuação no montante de R$ 51.268, registrado no ativo intangível.

Esse ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final da concessão, com resultado de R$ 3.778 de amortização anual.

A movimentação do intangível pode assim ser demonstrada:

	Ágio das Ações Eletrobras	Repactuação do Risco Hidrológico	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**50.541**	**40.295**	**90.836**
(-) Amortização	(4.738)	(3.778)	(8.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**45.803**	**36.517**	**82.320**
(-) Amortização	(3.554)	(2.833)	(6.387)
Saldos em 30 de setembro de 2026	**42.249**	**33.684**	**75.933**

O saldo desse direito de exploração é revisto anualmente para identificar se há algum índice de desvalorização dos ativos e que possam não ser recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. Os saldos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro 2025 podem ser assim mostrados:

	30/09/2026	31/12/2025
Ágio	158.946	158.946
(-) Amortização Acumulada	(116.696)	(113.143)
Saldo Líquido	**42.250**	**45.803**

	30/09/2026	31/12/2025
Repactuação do Risco Hidrológico	51.628	51.628
(-) Amortização Acumulada	(17.944)	(15.111)
Saldo Líquido	**33.684**	**36.517**

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	2.714	2.497
Suprimento de Energia Elétrica **(a)**	-	-	2.268	12.736
Materiais e Serviços **(b)**	858	1.273	10.423	8.414
Arrendamento Mercantil	-	-	353	387
Total	**858**	**1.273**	**15.758**	**24.034**

a) Refere-se ao saldo a liquidar pela aquisição de energia no Mercado de Curto Prazo da Controladas, decorrente do déficit de energia no período.

b) Refere-se, no consolidado, principalmente, às obrigações com fornecedores de materiais e serviços vinculados à execução das atividades de expansão e eficientização do parque de Iluminação Pública pela controlada CEB IPES.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

18.1. RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB IPES, CEB Lajeado S.A. e CEB Geração, é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Federais	**48**	**2.310**	**44.870**	**44.789**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	31.580	26.886
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	-	713	11.436	9.713
PIS	7	279	325	1.451
COFINS	41	1.318	1.521	6.731
Outros	-	-	8	8
Municipais	**-**	**-**	**325**	**254**
ISS	-	-	325	254
Contribuições Sociais	**1.093**	**1.368**	**1.997**	**2.486**
IRRF sobre Folha	341	572	653	1.088
INSS sobre Folha	617	593	1.103	1.037
FGTS	135	203	240	361
Retenções	**67**	**71**	**7.593**	**6.287**
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	11	10	94	122
PIS, COFINS e CSLL	29	26	7.019	5.913
INSS Pessoa Jurídica	14	16	448	216
ISS	14	19	32	36
Passivo Fiscal Diferido (a)	**3.670**	**3.670**	**51.390**	**35.510**
Outros	**-**	**-**	**782**	**1.375**
Total	**4.879**	**7.419**	**106.956**	**90.701**
Circulante	**1.209**	**3.749**	**48.922**	**49.541**
Não Circulante	**3.670**	**3.670**	**58.034**	**41.160**

a) A variação relevante no Consolidado decorre, principalmente, do reconhecimento de tributos diferidos incidentes sobre o ativo de contrato registrado nas Controladas, cuja realização ocorrerá à medida de sua realização econômica. Adicionalmente, contempla o diferimento tributário decorrente do reconhecimento das receitas associadas às Estimativas de Mercado de Curto Prazo – MCP.

18.2. APURAÇÃO DO IRPJ E CSLL

O quadro seguinte detalha a apuração resumida do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	**123.463**	**142.217**	**123.463**	**142.217**	**222.476**	**241.045**	**222.476**	**241.045**
Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido	-	-	-	-	(14.293)	(16.686)	(14.293)	(16.686)
Total do Resultado Tributável	**123.463**	**142.217**	**123.463**	**142.217**	**208.184**	**224.359**	**208.184**	**224.359**
Equivalência Patrimonial	(123.912)	(134.133)	(123.912)	(134.133)	(61.087)	(60.209)	(61.087)	(60.209)
Adições/Exclusões Permanentes	(12.881)	820	(12.881)	820	56.096	62.004	56.096	62.004
Adições/Exclusões Temporárias	(3.454)	(2.620)	(3.454)	(2.620)	(40.556)	(60.921)	(40.556)	(60.921)
Base de Cálculo Antes Compensação do Prejuízo Fiscal	**(16.784)**	**6.284**	**(16.784)**	**6.284**	**162.637**	**165.233**	**162.637**	**165.233**
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	-	(1.885)	-	(1.885)	-	(1.885)	-	(1.885)
(+) Benefício Fiscal	-	-	-	-	844	450	844	450
Base de Cálculo	**(16.784)**	**4.399**	**(16.784)**	**4.399**	**163.481**	**163.798**	**163.481**	**163.798**
Alíquota Aplicável	**25%**		**9%**		**25%**		**9%**	
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas	-	(1.082)	-	(396)	(38.643)	(39.704)	(13.840)	(14.323)
IRPJ – Lucro Presumido	-	-	-	-	(1.468)	(1.228)	(615)	(681)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	**-**	**(1.082)**	**-**	**(396)**	**(40.111)**	**(40.932)**	**(14.455)**	**(15.004)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	-	-	-	(735)	1.624	(258)	607
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**-**	**(1.082)**	**-**	**(396)**	**(40.846)**	**(39.308)**	**(14.713)**	**(14.397)**
Alíquota Efetiva	**0,00%**	**0,76%**	**0,00%**	**0,28%**	**19,62%**	**15,72%**	**7,07%**	**5,76%**

No consolidado, para fins de apresentação da base de apuração do Lucro Real foi considerado apenas os resultados das empresas que apuraram base de cálculo tributável.

18.3. PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos registrados ocorrerá, substancialmente, por ocasião da alienação dos terrenos e da realização dos ativos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.699	2.699	23.167	15.492
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	971	971	8.340	5.577
Programa de Integração Social – PIS	-	-	2.921	2.130
Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	-	-	13.454	9.812
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	3.507	2.498
Total	**3.670**	**3.670**	**51.389**	**35.509**
Circulante	-	-	**-**	**-**
Não Circulante	**3.670**	**3.670**	**51.389**	**35.509**

A variação relevante no Consolidado decorre, principalmente, do reconhecimento de tributos diferidos incidentes sobre o ativo de contrato registrado nas Controladas, cuja realização ocorrerá à medida de sua realização econômica. Adicionalmente, contempla o diferimento tributário decorrente do reconhecimento das receitas associadas às Estimativas de Mercado de Curto Prazo – MCP.

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Folha de Pagamento	32	57	155	184
Provisões de Férias/13° Salário	3.823	2.770	5.970	4.042
Consignações em Favor de Terceiros **(a)**	1.268	1.123	1.361	1.310
Participações nos Lucros – Empregados **(b)**	-	3.197	32	4.319
Outros	12	61	161	278
Total	**5.135**	**7.208**	**7.679**	**10.133**

(a) Previdência Complementar e Assistência à Saúde

Refere-se ao Convênio de Adesão firmado com a Fundação de Previdência Complementar – FUNDIÁGUA, relativo ao Plano III, na modalidade de Contribuição Definida (CD), o qual não implica risco atuarial para a CEB. Por meio desse convênio, a CEB e suas controladas ingressaram como patrocinadoras dos planos de previdência complementar e assistencial administrados pelo fundo de pensão.

(b) Participações nos Lucros - Empregados

Refere-se à reversão da provisão de Participação nos Lucros, constituída em 2025, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2025/2027, com as normas aplicáveis aos empregados e com a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, em virtude de sua efetiva realização em 2026.

20. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados em exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Dividendos declarados e Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	2.182
Participação Beneficiária – Eletrobrás **(a)**	-	-	8.629	12.749
Total	**-**	**-**	**8.629**	**14.931**

a) Refere-se à participação nos lucros, a título de partes beneficiárias na controlada CEB Lajeado, calculada com base no lucro do exercício, após a dedução de prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda, correspondente a 10% do lucro, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76.

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

21.1. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituindo provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Trabalhistas	129	269	129	269
Cíveis **(a)**	1.007	1.123	1.143	1.165
Fiscais	-	-	459	459
Ambientais	-	-	-	20
Total	**1.136**	**1.392**	**1.731**	**1.913**
Circulante	**-**	**-**	**459**	**459**
Não Circulante	**1.136**	**1.392**	**1.271**	**1.454**

a) Refere-se ao ingresso de ação de conhecimento, na qual as partes requerem indenização por danos morais, conforme avaliação realizada pelos assessores jurídicos da Companhia quanto à probabilidade de perda e à estimativa dos valores envolvidos.

21.1.1. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**269**	**1.123**	**-**	**-**	**1.392**
Constituições de Provisão	23	461	-	-	484
Reversão de Provisão	(163)	(578)	-	-	(741)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**129**	**1.006**	**-**	**-**	**1.135**

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**269**	**1.165**	**459**	**20**	**1.913**
Constituições de Provisão	23	555	-	-	578
Reversão de Provisão	(163)	(578)	-	(20)	(761)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**129**	**1.142**	**459**	**-**	**1.730**

(a) Demandas Trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera judicial, concernentes as reclamações trabalhistas de acidentes de trabalho e de reintegração ao quadro efetivo.

(b) Demandas Cíveis

As ações de contingências cíveis referem-se, majoritariamente, a ações judiciais que pleiteiam indenização por acidentes envolvendo a rede de iluminação pública, bem como pedidos de reparação por danos morais e outras pretensões de natureza indenizatória e compensatória.

(c) Demandas Fiscais

A Companhia e sua subsidiária CEB Lajeado são partes em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial.

(d) Demandas Ambientais

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à legislação ambiental vigente e podem ser parte em processos administrativos e judiciais relacionados a aspectos ambientais inerentes às suas atividades operacionais, tais como cumprimento de condicionantes de licenciamento, eventuais autos de infração e obrigações de natureza reparatória ou compensatória. A Administração acompanha continuamente o andamento desses processos, com o suporte de seus assessores jurídicos e técnicos, e entende que as provisões constituídas, quando aplicável, são suficientes para fazer face a eventuais perdas estimadas, não sendo esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

21.2. PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia possui processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pelos Consultores Jurídicos da Companhia como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os montantes desses processos estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fiscais **(a)**	116.396	143.276	116.396	143.276
Cíveis	-	8	-	8
Trabalhista	-	2	-	22
Total	**116.396**	**143.286**	**116.396**	**143.306**

a) Trata-se de processos de execução fiscal relacionados à cobrança de débitos tributários, incluindo PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, relativos ao período de 2003 a 2005. A maioria desses débitos decorreu da não homologação, pela Receita Federal do Brasil (RFB), de declarações de compensação apresentadas por meio do PER/DCOMP, em razão de erros formais e materiais no preenchimento dos pedidos. Na ocasião dos pedidos de compensação iniciais, foram utilizados créditos provenientes de pagamentos indevidos ou pagos a maior. Posteriormente, em 2005, novas PER/DCOMP foram apresentadas com base em saldos negativos de IRPJ e CSLL. Após a decisão da RFB de não homologação da compensação, a Companhia apresentou todos os recursos administrativos previstos em lei. Não obstante, os débitos foram posteriormente inscritos em Dívida Ativa da União, uma vez que a razão da não homologação das compensações declaradas se fundamentou na ausência de formalidade essencial ao ato, sem afetar a existência dos créditos declarados.
A redução das contingências fiscais no período decorre da revisão do entendimento jurídico quanto à inclusão de multas na estimativa dessas contingências. Como resultado, as multas passaram a não ser consideradas, ocasionando redução relevante dos valores divulgados.

21.3. ATIVO CONTINGENTE – ÊXITO PROVÁVEL

A Companhia possui processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo êxito provável classificados pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos, em 30 de junho de 2026, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fiscais	218	1.382	218	1.382
Cíveis	28.166	26.387	28.166	26.387
Total	**28.384**	**27.769**	**28.384**	**27.769**

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos Regulatórios	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	5.813	4.600
Conta de Desenvolvimento Energético	-	-	-	55
Taxa de Fiscalização dos Serviços	-	-	77	74
Provisão para Uso do Bem Público	-	-	-	17
Compensação Financeira pela Utilização	-	-	885	1.047
Total	**-**	**-**	**6.775**	**5.793**
Circulante	**-**	**-**	**5.936**	**5.067**
Não Circulante	**-**	**-**	**838**	**726**

23. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Arrendamentos	-	-	3.224	2.813
Cauções em Garantia **(a)**	11	11	39.995	36.079
Créditos com Controladas e Coligadas	-	1.276	-	-
Outros Credores **(b)**	2.582	2.553	2.772	3.884
Total	**2.593**	**3.840**	**45.991**	**42.776**
Circulante	**2.582**	**3.829**	**4.363**	**4.957**
Não Circulante	**11**	**11**	**41.628**	**37.819**

(a) No Consolidado o valor refere-se à garantia prevista no Contrato de Concessão da controlada CEB Iluminação Pública, destinada a assegurar o pagamento da contraprestação devida pelo Poder Concedente. Essa garantia possui contrapartida registrada no passivo não circulante, uma vez que será devolvida ao final da concessão, e é remunerada conforme as condições estabelecidas no Certificado de Depósito Bancário (CDB).

(b) Trata-se de valores sob análise recebidos de clientes e ainda não identificados.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que os detentores das ações preferenciais de ambas as classes não possuem direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

	Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025
Ações Ordinárias	**35.920.890**	**35.920.890**
Ações Preferenciais	**36.161.025**	**36.161.025**
Classe A	6.565.010	6.565.010
Classe B	29.596.015	29.596.015
Total	**72.081.915**	**72.081.915**
Patrimônio Líquido	**927.611**	**914.717**
Valor Patrimonial por Ação - em R$	12,87	12,69

24.2. RESERVAS DE LUCROS

A composição das Reservas de Lucros é a seguinte:

	30/09/2026	31/12/2025
Reserva Legal	113.205	113.205
Reserva para expansão dos negócios sociais	88.698	163.739
Dividendos Adicionais Propostos	-	45.729
Total	**201.903**	**322.673**

24.3. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A composição de Outros Resultados Abrangentes é a seguinte:

	30/09/2026	31/12/2025
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	7.124	7.124
Reserva Reflexa pelo reconhecimento de Ativos de contrato	(1.622)	(1.622)
Ganho na Variação de Percentual	30.622	20.421
Reserva Reflexa - Benefício Pôs Emprego - Investco	96	96
Total	**36.220**	**26.019**

25. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

25.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em:		Período de três meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Suprimento de Energia **(a)**	-	-	75.564	74.895
Energia Elétrica de Curto Prazo **(b)**	-	-	5.484	12.712
Receita da Prestação de Serviços **(c)**	-	-	9.227	21.833
Receita de Construção **(d)**	-	-	44.870	29.306
Receita Operacional Bruta	**-**	**-**	**135.145**	**138.746**
Impostos	-	-	(1.115)	(1.045)
Contribuições	-	-	(12.035)	(12.503)
Encargos do Consumidor	-	-	(2.256)	(2.141)
Deduções da Receita Operacional Bruta	**-**	**-**	**(15.406)**	**(15.689)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**-**	**-**	**119.739**	**123.057**

	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Suprimento de Energia **(a)**	-	-	226.013	221.662
Energia Elétrica de Curto Prazo **(b)**	-	-	18.966	38.221
Receita da Prestação de Serviços **(c)**	-	-	16.526	60.275
Receita de Construção **(d)**	-	-	112.631	118.226
Receita Operacional Bruta	-	-	**374.137**	**438.385**
Impostos	**-**	**-**	(2.729)	(3.655)
Contribuições	-	-	(33.213)	(39.854)
Encargos do Consumidor	-	-	(8.520)	(8.012)
Deduções da Receita Operacional Bruta	-	-	**(44.463)**	**(51.521)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**-**	**-**	**329.674**	**386.865**

(a) Refere-se aos contratos bilaterais de venda de energia de longo prazo, celebrados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, no qual a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

(b) Refere-se às vendas no Mercado de Curto Prazo – CCEE, provenientes das sobras de garantia física.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços de manutenção, expansão e eficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal. A redução da receita decorreu da conclusão, ocorrida no período, do Marco I do programa de eficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

(d) A receita decorre do direito de explorar os serviços públicos concedidos a CEB IPES e é apurada pelo valor justo dos bens ou serviços, ainda que não haja contraprestação financeira, mas sim o reconhecimento de um ativo financeiro ou de um ativo intangível em contrapartida. A mensuração considera o valor justo pelos serviços prestados, à medida em que o desempenho da obrigação é realizado. A redução da receita de construção decorre da conclusão do primeiro ciclo do programa de modernização e eficientização do parque de iluminação pública, encerrado no período.

25.2. CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em:		Período de três meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Energia Elétrica de Curto Prazo **(a)**	-	-	(9.485)	(18.610)
Encargos do Uso da Rede Elétrica **(b)**	-	-	(8.020)	(7.388)
Amortização pela Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	(352)	(351)
Total	-	-	**(17.857)**	**(26.349)**

	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Energia Elétrica de Curto Prazo **(a)**	-	-	(21.013)	(28.289)
Encargos do Uso da Rede Elétrica **(b)**	-	-	(22.801)	(19.869)
Amortização pela Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	(1.049)	(1.045)
Total	**-**	-	**(44.863)**	**(49.203)**

(a) O valor se refere à compra de energia no Mercado de Curto Prazo – MCP e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ocorridos na CEB Lajeado S.A. Esse custo deve ser analisado conjuntamente com a receita reconhecida.

(b) O valor se refere ao Custo do Uso da Linha de Transmissão – CUST, encargos pagos pelas empresas de energia, sendo: CEB Lajeado, CEB Participação e CEB Geração.

25.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em:		Período de três meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Pessoal e Administradores	(6.081)	(7.382)	(18.539)	(22.459)
Serviços de Terceiros **(a)**	(835)	(653)	(23.639)	(23.139)
(Provisão) Reversão de estimativa de perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	11
Depreciação e Amortização	(556)	(540)	(2.331)	(2.037)
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco	-	-	(8.435)	(7.305)
Material **(a)**	(6)	(32)	(4.602)	(12.128)
Impostos, Taxas e Contribuições	(235)	(208)	(239)	(209)
Outras Despesas	(180)	(157)	(1.910)	1.765
Total	**(7.893)**	**(8.972)**	**(59.695)**	**(65.501)**
Custo da Operação	-	-	(19.825)	(14.717)
Custo dos Serviços Prestado a Terceiros **(a)**	-	-	(20.771)	(31.841)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.893)	(8.972)	(19.099)	(18.943)

	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Pessoal e Administradores	(18.657)	(21.239)	(61.490)	(57.861)
Serviços de Terceiros **(a)**	(5.761)	(1.255)	(59.400)	(54.586)
(Provisão) Reversão de estimativa de perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(6)
Depreciação e Amortização	(1.754)	(1.620)	(6.563)	(6.077)
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco	-	-	(25.305)	(21.914)
Material **(a)**	(12)	(50)	(16.321)	(77.291)
Impostos, Taxas e Contribuições	(888)	(624)	(892)	(628)
Outras Despesas	(530)	(529)	(1.575)	(1.229)
Total	**(27.602)**	**(25.317)**	**(171.546)**	**(219.592)**
Custo da Operação	-	-	(62.229)	(42.512)
Custo dos Serviços Prestado a Terceiros **(a)**	-	-	(47.494)	(122.645)
Despesas Gerais e Administrativas	(27.602)	(25.317)	(61.823)	(54.435)

(a) A redução dos custos com serviços e materiais na Controladora, concomitante ao aumento observado no Consolidado, decorre da outorga da concessão do direito de exploração do parque de iluminação pública do Distrito Federal à controlada CEB IPES, ocorrida em 25 de março de 2024, bem como da consequente rescisão do contrato de prestação de serviços anteriormente de responsabilidade da Controladora. No Consolidado, o aumento dos custos com serviços e materiais decorre do avanço na execução do Plano de Modernização Tecnológica da iluminação pública, que prevê a substituição das luminárias convencionais por luminárias LED no prazo de três anos.

25.4. OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em:		Período de três meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Outras Receitas	**13.248**	**5**	**13.468**	**363**
Rendimentos de Dividendos **(a)**	13.230	-	13.230	**-**
Renda em Função do Serviço Prestado	-	-	375	359
Reversão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	18	-	(105)	-
Outras Receitas	-	5	(32)	4
Outras Despesas	**-**	**(5)**	**(1.257)**	**(1.195)**
(Provisão) para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	**-**	-	-)	(65)
(Provisão) Reversão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-	-	-	-
Outras Despesas	-	(5)	(1.257)	(1.129)
Total	**13.248**	**-**	**12.211**	**(831)**

	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Outras Receitas	**13.937**	**5**	**14.953**	**1.082**
Rendimentos de Dividendos **(a)**	13.680	-	13.680	-
Renda em Função do Serviço Prestado	-	-	1.126	1.078
Reversão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	257	-	147	-
Reversão de estimativa de perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-
Recuperação de Despesas Compartilhadas	-	5	-	5
Outras Despesas	**-**	**(121)**	**(3.694)**	**(3.911)**
(Provisão) para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-	(121)	-	(255)
Amortização da Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	(3.694)	(3.656)
Total	**13.937**	**(115)**	**11.259**	**(2.829)**

(a) Refere-se aos dividendos creditados pela BSB Energética S.A., investida mensurada pelo custo de aquisição.

25.5. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em:		Período de três meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas	**3.376**	**12.253**	**11.422**	**24.225**
Rendimentos de Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.895	12.036	10.894	23.683
Tributos sobre Receitas Financeiras	(165)	(598)	(470)	(1.066)
Juros e Variações Monetárias sobre Ativos	645	798	648	799
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	85	101
Outras Receitas Financeiras	-	16	265	709
Despesas	**(13)**	**--**	**4.214**	**(1.530)**
Juros e Variações Monetárias sobre Passivos	-	-	(1.610)	(1.471)
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	(8)	(6)
Outras Despesas Financeiras	(13)	--	5.832	(53)
Total	**3.363**	**12.252**	**15.636**	**22.696**

	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas	**13.239**	**33.584**	**40.884**	**69.483**
Rendimentos de Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	26
Rendimentos de Aplicação Financeira	11.857	32.886	39.063	68.845
Tributos sobre Receitas Financeiras	(641)	(1.638)	(1.680)	(3.109)
Juros e Variações Monetárias sobre Ativos	1.927	2.313	2.092	2.553
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	249	340
Outras Receitas Financeiras	96	22	1.160	828
Despesas	**(22)**	**(68)**	**(4.720)**	**(4.574)**
Juros e Variações Monetárias sobre Passivos	-	-	(4.538)	(4.136)
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	(12)	(153)
Outras Despesas Financeiras	(22)	(68)	(170)	(285)
Total	**13.217**	**33.515**	**36.164**	**64.909**

26. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação aos dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas.

26.1. BÁSICO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

26.2. DILUÍDO

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação, básico e diluído:

	30/09/2026	30/09/2025
Lucro Ajustado Atribuível aos Acionistas da Companhia	**123.464**	**140.739**
Lucro Alocado às Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	59.099	67.369
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	10.801	12.313
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	53.564	61.057
Média Ponderada das Ações em Circulação	**72.082**	**72.082**
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	35.921	35.921
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	6.565	6.565
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	29.596	29.596
Lucro Por Ação - R$		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	1,64527	1,87549
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	1,64527	1,87549
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	1,80979	2,06303

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1. CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

27.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária, Diretoria Executiva, estão apresentadas a seguir:

	Controladora					
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitês	30/09/2026	30/09/2025
Remuneração **(a)**	3.360	673	388	824	5.245	4.823
Benefícios de Curto Prazo **(b)**	353	-	-	5	358	388
Total	**3.713**	**673**	**388**	**829**	**5.603**	**5.211**
	Consolidado					
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitês	30/09/2026	30/09/2025
Remuneração **(a)**	10.194	781	576	824	12.375	12.076
Benefícios de Curto Prazo **(b)**	353	-	-	5	358	388
Total	**10.547**	**781**	**576**	**829**	**12.733**	**12.464**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (licença remunerada, gratificação natalina, gratificação de acúmulo de cargos de direção), além dos respectivos encargos sociais (excluindo o FGTS não aplicável aos Conselhos).

(b) Representa os benefícios com alimentação, assistência médica, seguro e Previdência Privada.

27.3. OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E SUAS CONTROLADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/09/2026	31/12/2025
Ativo		**107.604**	**201.497**
Aplicações Financeiras	**a**	**85.359**	**145.831**
Aplicações Financeiras - BRB		85.359	145.831
Dividendos/JSCP	**b**	**22.245**	**55.666**
CEB Lajeado S.A.		153	2.768
CEB Geração S.A.		17.188	17.946
CEB Participações S.A.		-	8.809
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.		-	7.323
Corumbá Concessões S.A.		-	1.095
Energética Corumbá III S.A.		4.904	17.725
Passivo		**207**	**1.276**
Outros Créditos		**207**	**1.276**

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/09/2026	31/12/2025
CEB Participações S.A.	c	-	1.276
BRB Benefícios	d	207	-

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora	
		30/09/2026	30/09/2025
Receitas		**137.055**	**167.695**
Receita de Prestação de Serviços		**-**	**-**
Governo do Distrito Federal		-	-
Participações Societárias	b	**123.912**	**134.133**
CEB Lajeado		42.966	47.012
CEB Geração		1.351	1.408
CEB Participações		12.210	14.929
CEB Iluminação Pública e Serviços		20.790	20.610
CEB Gás		(174)	(207)
Corumbá Concessões S.A.		31.547	34.924
Energética Corumbá III S.A.		15.222	15.457
Receitas Financeiras	a	**13.143**	**33.562**
Receita Líquida de Aplicações Financeiras - BRB		13.143	33.562
Despesas		**(1.890)**	**(361)**
(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	e	**-**	**(361)**
Governo do Distrito Federal		-	(361)
Despesas Operacionais		**(1.890)**	**-**
BRB Benefícios	d	(1.890)	-

a) Representa as aplicações financeiras mantidas pela Companhia junto ao Banco Regional de Brasília – BRB, em conformidade com o art. 2º do Decreto nº 32.767, garantidas por instrumento de cessão fiduciária de direitos creditórios (vide Nota 3.2.4).

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas.

c) Refere-se a valores devidos à controlada CEB Participações S.A., decorrentes do reembolso de despesas compartilhadas de pessoal para participação nos projetos de geração fotovoltaica, liquidado em janeiro de 2026.

d) Refere-se ao fornecimento de vale alimentação e refeição, prestado pela empresa Cartão BRB S/A, subsidiária do Banco de Brasília S/A.

e) Representa as variações da Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) constituída sobre créditos junto ao Governo do Distrito Federal (GDF), decorrentes dos serviços de manutenção, reposição, eficientização e expansão da iluminação pública prestados pela Companhia, remanescentes do período em que a CEB era responsável pela execução dessas atividades, anteriormente à transferência da concessão à CEB IPES.

27.3.1. Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025
Ativo		**267.372**	**471.794**
Contas a Receber, Líquido da PECLD	a	**17.640**	**36.450**
Governo do Distrito Federal		17.640	36.450
Aplicações Financeiras	b	**233.911**	**408.221**
Aplicações Financeiras - BRB		233.911	408.221
Dividendos/JSCP	c	**15.821**	**27.123**
Investco S.A.		10.917	8.252
Corumbá Concessões S.A.		4.904	1.146
Energética Corumbá III S.A.		-	17.725
Passivo		**279**	**-**
Outros Créditos		**279**	**-**
CEB Participações S.A.		-	-
BRB Benefícios	d	279	-

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025
Receitas		**124.865**	**162.011**
Receita de Prestação de Serviços	a	**47.121**	**57.704**
Governo do Distrito Federal		47.121	57.704
Participações Societárias	c	**48.287**	**50.408**
Investco S.A.		32	26
Corumbá Concessões S.A.		33.033	34.924
Energética Corumbá III S.A.		15.222	15.457

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025
Receitas Financeiras	**b**	**29.457**	**53.900**
Receita Líquida de Aplicações Financeiras - BRB		29.457	53.900
Despesas		**(30.314)**	**(24.509)**
Despesa com Arrendamento	**e**	**(27.884)**	**(24.148)**
Investco S.A.		(27.884)	(24.148)
(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		**-**	**(361)**
Governo do Distrito Federal	**f**	-	(361)
Despesas Operacionais		**(2.430)**	**-**
BRB Benefícios	**d**	(2.430)	-

a) Refere-se à receita reconhecida e aos correspondentes créditos a receber decorrentes da concessão do direito de exploração do parque de iluminação pública do Distrito Federal à controlada CEB IPES.

b) Representa as aplicações financeiras mantidas pela Companhia junto ao Banco Regional de Brasília – BRB, em conformidade com o art. 2º do Decreto nº 32.767, garantidas por instrumento de cessão fiduciária de direitos creditórios (vide Nota 3.2.4).

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas.

d) Refere-se ao fornecimento de vale alimentação e refeição, prestado pela empresa Cartão BRB S/A, subsidiária do Banco de Brasília S/A.

e) Refere-se ao custo relativo ao arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, arrendado a Controlada CEB Lajeado.

f) Representa as variações da Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) constituída sobre créditos junto ao Governo do Distrito Federal (GDF), decorrentes dos serviços de manutenção, reposição, eficientização e expansão da iluminação pública prestados pela Companhia, remanescentes do período em que a CEB era responsável pela execução dessas atividades, anteriormente à transferência da concessão à CEB IPES.

28. SEGUROS

A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficiente para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, quando de sua ocorrência.

28.1. ADMINISTRADORES

Em junho de 2026, em razão do término da apólice anteriormente vigente, a Companhia contratou novo seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O), com cobertura máxima de R$ 20.000, em garantia única, e prêmio no montante de R$ 171. O contrato possui vigência de 12 meses, com término previsto para junho de 2027.

Em 2025, a Companhia renovou a apólice de seguro de vida, para cobertura de acidentes pessoais e coletivos, destinada aos ocupantes dos cargos de Diretoria da Controladora e de suas Controladas, cuja vigência se estenderá até 03 de outubro de 2027.

28.2. PATRIMONIAL

Em 2025, a Companhia renovou a apólice de seguro patrimonial para os ativos patrimoniais do Grupo CEB, alocados na sede do Edifício ION, cuja vigência até novembro de 2026.

A CEB Geração S.A. adota uma política preventiva em relação à contratação de seguros, buscando manter os ativos da Usina devidamente assegurados, em consonância com a matriz de risco do Grupo CEB. Porém por se tratar de uma barragem construída no final da década de 1950 e de uma usina do início da década de 1960, com ativos quase totalmente depreciados sob a ótica contábil, embora em boas condições operacionais, não tem sido possível encontrar no mercado segurador, empresas dispostas a assumir o seguro patrimonial. O Poder Concedente, ao reconhecer a dificuldade de contratação de seguro patrimonial para usinas com elevada idade operacional e equipamentos depreciados, deixou de incluir cláusulas obrigatórias de seguros nos Contratos de Concessão e de Prestação de Serviços a partir do ano de 2020. No entanto, a Administração da CEB Geração não cessou as tentativas de assegurar seus bens, mantendo esforços contínuos junto ao mercado na perspectiva de viabilizar a contratação de cobertura para os ativos da Usina.

28.3. GARANTIA JUDICIAL

Em 2025, a Companhia Energética de Brasília - CEB renovou a apólice de Seguro Garantia Judicial, com a finalidade de garantir os débitos executado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, bem como os encargos e acréscimo legais, devidamente atualizados pelos índices legais aplicáveis, concernentes aos processos de Execuções Fiscais, com vigência até agosto de 2030.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicos. Para cada uma delas, a administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e a CEB Participações S.A;
- Iluminação Pública: tem como atribuição a gestão do Parque de Iluminação pública do Distrito Federal, inclusive na prestação de serviços de elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas. Atua por intermédio da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A;
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília – CEB, que tem como atribuições a participação em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista; a Companhia Brasiliense de Gás, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

As informações referentes a cada segmento de negócio estão contempladas nos quadros seguintes:

29.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Períodos de nove meses findos em 30/09/2026					
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	ILUM. PÚBLICA	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
ATIVOS DO SEGMENTO	**9.835**	**124.296**	**176.414**	**39.467**		**350.012**
Adições (Reduções) aos Ativos no Período	26	4.284	50.486	6.215		61.011
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	**-**	**209.566**	**-**	**729.820**	**(445.094)**	**494.292**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**7.691**	**208.302**	**113.681**	**-**	-	**329.674**
Custo com Energia Elétrica	(632)	(44.231)	-	-	-	(44.863)
Custo de Operação	(2.330)	(34.544)	(25.351)	-	-	(62.224)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(300)	(1.433)	(45.747)	(14)	-	(47.494)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**4.429**	**128.094**	**42.582**	**(14)**	**-**	**175.092**
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(4.755)**	**2.041**	**(19.126)**	**109.539**	**(77.176)**	**10.523**
Despesas Gerais e Administrativas	(4.755)	(9.761)	(18.997)	(28.310)	-	(61.823)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	14.319	-	123.912	(77.143)	61.087
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	-	(2.517)	(129)	13.937	(32)	11.258
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(326)**	**130.136**	**23.456**	**109.525**	**(77.176)**	**185.615**
RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS	**2.423**	**13.783**	**6.716**	**13.242**	**52**	**36.217**
Receitas Financeiras	2.502	14.619	10.503	13.277	(17)	40.884
Despesas Financeiras	(78)	(836)	(3.740)	(36)	70	(4.720)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	**2.097**	**143.919**	**30.120**	**122.767**	**(77.123)**	**221.780**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(746)**	**(45.432)**	**(9.382)**	**-**	**-**	**(55.560)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(586)	(42.515)	(9.382)	-	(2.083)	(54.567)
Imposto de Renda e Contribuição Socia Diferido	(160)	(2.917)	-	-	2.083	(994)
Participações e Contribuições (Partes Beneficiárias)	-	(8.628)	-	-	-	(8.628)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.351**	**89.859**	**20.738**	**122.767**	**(77.123)**	**157.592**
Atribuído aos Acionistas Controladores						123.463
Atribuído aos Acionistas Não Controladores						34.128

Para período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, as receitas provenientes de transações com clientes individuais

que representam 10% ou mais da receita operacional consolidada da Companhia são apresentadas a seguir:

Grupo de Clientes	Receita Operacional Consolidada	% da Receita Consolidada	Segmento Operacional
Distribuidoras do Brasil	261.506	70%	Comercialização de Energia
Governo do Distrito Federal	112.631	30%	Iluminação Pública
Receita Operacional Líquida Total	**374.137**	**100%**	

	Períodos de nove meses findos em 30/09/2025					
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	ILUM. PÚBLICA	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
ATIVOS DO SEGMENTO	**8.069**	**122.088**	**148.831**	**33.801**		**312.788**
Adições (Reduções) aos Ativos no Período	1.780	9.755	130.277	(1.054)	-	140.759
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	**-**	**203.563**	**-**	**680.939**	**(447.652)**	**436.850**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**8.858**	**220.446**	**157.561**	**-**	-	**386.865**
Custo com Energia Elétrica	(638)	(48.565)	-	-	-	(49.203)
Custo de Operação	(2.850)	(30.504)	(9.113)	(20)	(26,000)	(42.512)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(383)	(2.148)	(120.094)	(20)	-	(122.645)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**4.987**	**139.229**	**28.355**	**(40)**	**(26)**	**172.504**
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(4.968)**	**(847)**	**(15.533)**	**108.039**	**(83.746)**	**2.946**
Despesas Gerais e Administrativas	(4.898)	(8.072)	(15.487)	(25.978)	-	(54.435)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	9.828	-	134.133	(83.752)	60.209
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(70)	(2.602)	(46)	(116)	5	(2.829)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**19**	**138.382**	**12.822**	**107.999**	**(83.772)**	**175.450**
RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS	**2.365**	**17.193**	**11.824**	**33.526**	**-**	**64.908**
Receitas Financeiras	2.461	18.331	15.081	33.610	-	69.483
Despesas Financeiras	(96)	(1.138)	(3.257)	(84)	-	(4.574)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	**2.384**	**155.575**	**24.646**	**141.526**	**(83.772)**	**240.358**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(977)**	**(47.240)**	**(4.011)**	**(1.477)**	**-**	**(53.705,23)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(556)	(49.890)	(4.011)	(1.477)	-	(55.935)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(420)	2.650		-	-	2.230
Participações (Partes Beneficiárias)	-	(9.341)	-	-	-	(9.341)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.407**	**98.994**	**20.635**	**140.048**	**(83.772)**	**177.312**
Atribuído aos Acionistas Controladores						140.739
Atribuído aos Acionistas Não Controladores						36.573

30. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**123.463**	**142.217**	**157.592**	**240.359**
Ajustes ao Lucro do Exercício				
Depreciação e Amortização	1.754	1.620	6.563	6.077
Resultado de Equivalência Patrimonial	(123.912)	(134.133)	(61.087)	(60.209)
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(5)	6
Provisão/Reversão de Riscos Trabalhistas, Cível e Fiscais	(257)	120	(147)	255
Ajuste a Valor Presente	-	-	(237)	(340)
Receita de construção e diferimentos	-	-	65.511	(5)
	(122.415)	**(132.393)**	**10.598**	**(54.216)**
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	-	-	19.050	(6.050)
Estoques	(42)	49	758	17.362

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Aplicações Financeiras	-	3.637	-	(91.195)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	106	-	(17.500)	(16.668)
Ativo de Contrato	-	-	(32.370)	-
Dividendos e Juros ao Capital Próprio	-	-	11.149	(33.250)
Tributos e Contribuições Compensáveis	(2.804)	(5.712)	(21.604)	1.765
Demais Créditos	298	(4.951)	4.988	-
	(2.443)	**(6.977)**	**(35.529)**	**(128.036)**
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(414)	48	(8.276)	(7.292)
Obrigações Tributárias	(2.538)	(507)	16.255	28.844
Encargos Regulatórios	-	-	981	(1.641)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(2.073)	(842)	(2.454)	(143)
Obrigações Societárias	-	-	(6.303)	-
Demais Obrigações	(1.504)	1.492	3.031	1.732
	(6.530)	**191**	**3.236**	**21.500**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	116.877	115.891	50.142	71.946
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social	(3.329)	(8.211)	(86.182)	(91.546)
	113.548	**107.680**	**(36.040)**	**(19.600)**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais de Operações Continuadas	**105.623**	**110.718**	**99.855**	**60.007**

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. DISTRATO CONSÓRCIO CEB PARTICIPAÇÕES - TERRACAP I - STF

Em 9 de outubro de 2026, a Controlada CEB Participações foi informada acerca da rescisão amigável do instrumento que previa a destinação de 87% da energia gerada pela usina ao STF, permanecendo o distrato pendente de formalização na data de aprovação destas informações financeiras intermediárias.

O instrumento não prevê indenização às consorciadas em caso de extinção e, até 30 de setembro de 2026, não havia sido reconhecida receita decorrente desse arranjo. A Administração da Controlada mantém negociações para a realocação da capacidade de geração da usina e concluiu que o evento não compromete a recuperabilidade do ativo.

Brasília, 11 de novembro de 2026.

ELIE ISSA EL CHIDIAC
Diretor-Presidente

IVAN CARLOS FERREIRA LIMA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

FABIANO CARDOSO PINTO
Diretor de Regulação e de Fiscalização de Concessões

KLEBER BORGES MOURA
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

CLEONICE MARIA DE OLIVEIRA DO PRADO
Contadora CRC/DF nº 023.467-O